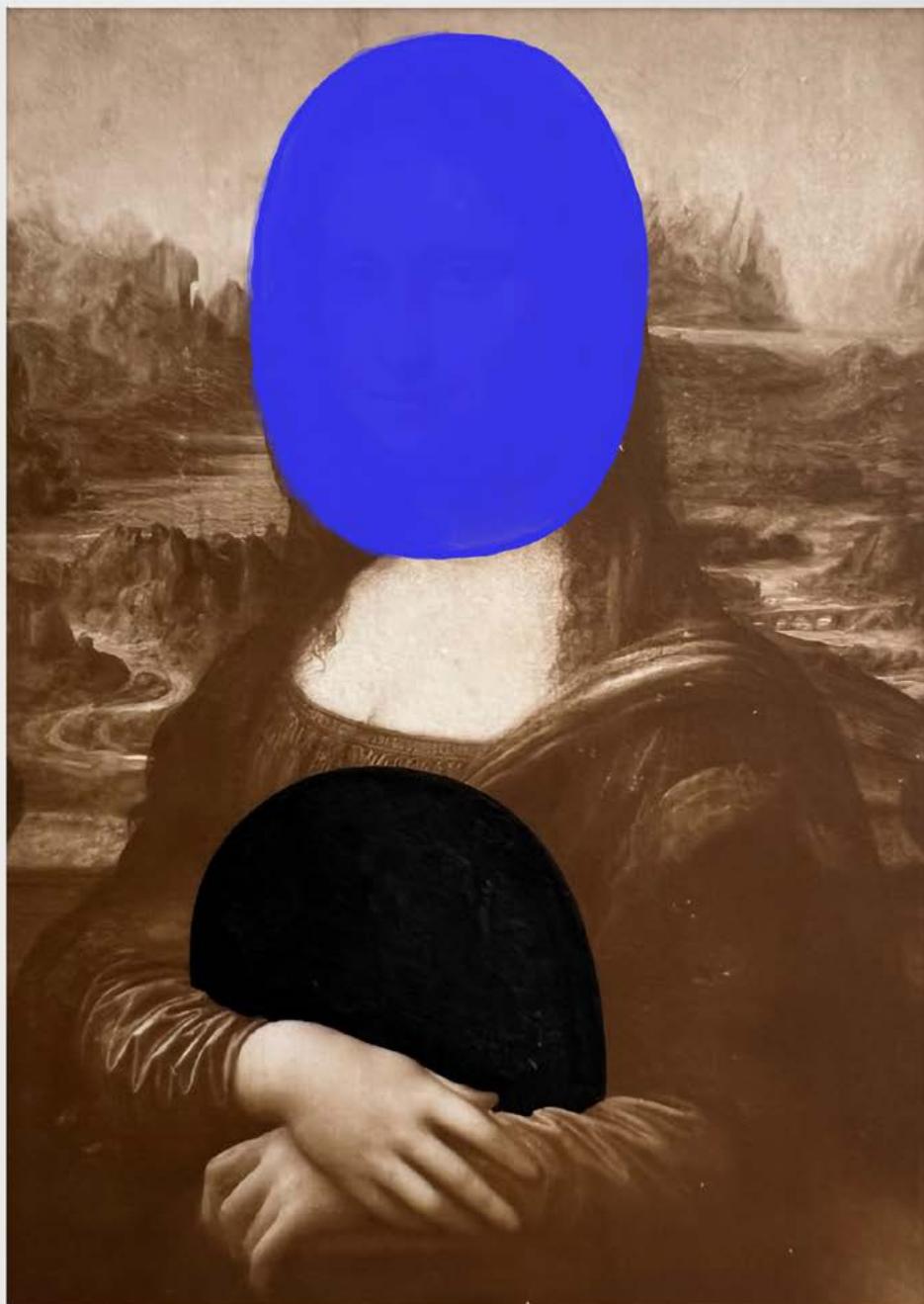


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Lisboa | Clermont-Ferrand
Marraquexe



+351 213 502 515



Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



info@cisterdata.pt



cisterdata.pt

p/ 06 e 07.

As questões legais no Movimento Associativo. Por Cláudia Branco
Cinco anos de caminho. Por Gilda Pereira, Vice-presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Marco Neves, Professor Universitário, investigador na área das línguas e tradução

p/ 30.

CCP O Crescimento e a Diversificação Económica de Macau
Por Rita Santos

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 34.

Passagens Félix da Rocha, lisboeta e jesuíta. O cartógrafo ignorado
Por Joaquim Magalhães de Castro

p/ 38.

Artes & Artistas Lusos
Celina da Piedade

p/ 54.

Saúde e Bem-estar Tabagismo e Cessação Tabágica
Por Eduarda Oliveira

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

Técnica: Pintura Digital

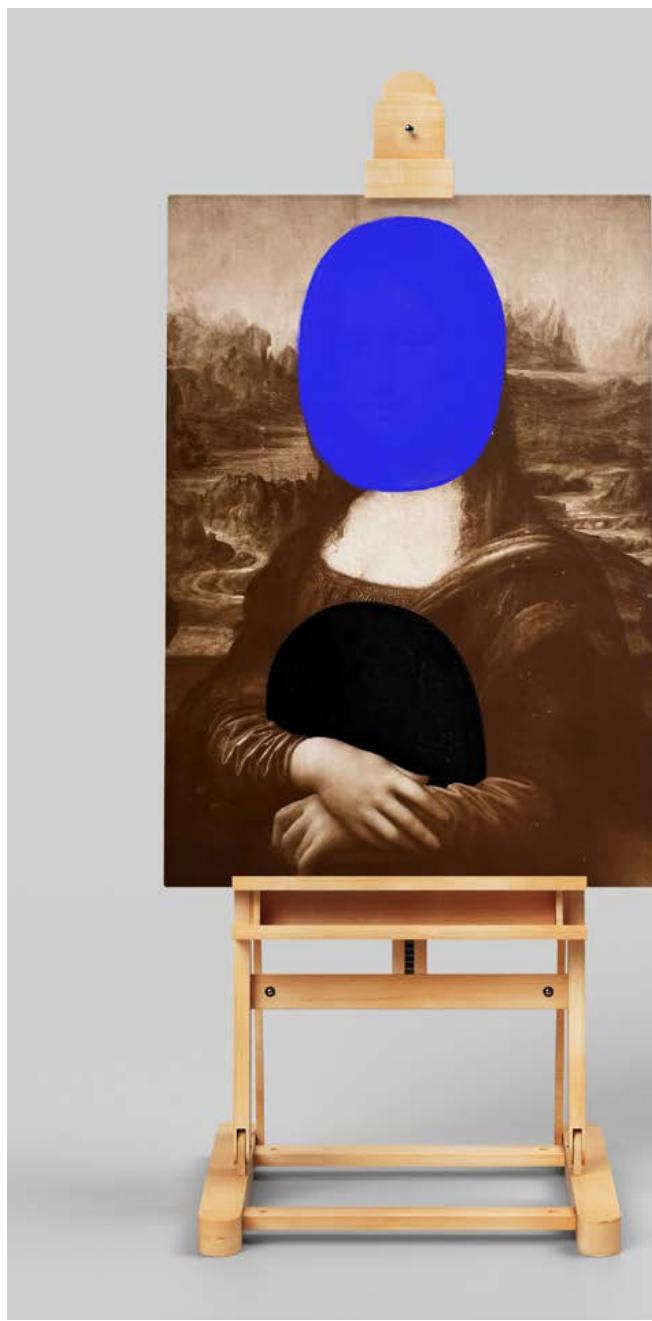
Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Mona Lisa revisitada

... e o que ainda falta fazer, o que ainda é necessário acumular neste enlace de duas entidades, aparentemente tão estranhas, prende-se com a fecundação por multiplicação de uma nova entidade que surja como complemento ou elemento disruptor da cena em representação. No teatro que é a Mona Lisa, cabem os gestos de Leonardo, os incrementos estranhos do ovóide casimiriano, despoletando nesta mise en scène, ou seja, neste palco visual, uma estranha fertilização, reproduutora de uma nova ambiência conceptual na obra. Desta feita, o negro transmuta-se, ou melhor dizendo, desdobra-se na cor intensa do pélago (mar profundo) imenso, de uma tonalidade grave azulada, possibilitando uma relação assimétrica com o ponto negro original incrustado no regaço monalisiano. Que inquietante presença se trata aqui? De que ponto imponderável esta figuração se integrou na obra como mais uma força de transgressão? Ou então, antes de a encararmos como transgressão, talvez devamos pormenorizar o carácter lúdico do ovóide azulado, (...)

Rodrigo Magalhães

Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Edtores** António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, José Governo, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vitor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade Mensal** | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e jj), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 62, fevereiro 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Fevereiro abre-se diante de nós com a intensidade silenciosa da obra de Manuel Casimiro, cuja intervenção sobre a Mona Lisa — acompanhada pelo olhar atento de Rodrigo Magalhães — nos lembra que a arte é sempre diálogo, transformação e convite. É com esse espírito que percorremos esta edição.

Começamos com “As questões legais no Movimento Associativo”, onde Cláudia Branco nos recorda que nenhuma instituição vive apenas da paixão: a maturidade jurídica é o alicerce que garante futuro, credibilidade e impacto. São já “Cinco Anos de Caminho” em que a AILD reafirma o seu percurso e a sua missão global, celebrando a força de uma comunidade que cresce unida pela língua e pela identidade. No Espaço Empresa, conhecemos a Adapt4you, um projeto que nasce da empatia e da engenharia para transformar a acessibilidade em realidade concreta. Um testemunho de como a inovação pode — e deve — servir pessoas.

Mergulhamos na Grande Entrevista com Marco Neves, que nos conduz pelos bastidores da língua portuguesa, revelando a sua vitalidade, as suas pontes invisíveis e a forma como continua a unir mundos. Rigorosamente a não perder! De Macau, chega-nos a análise da Conselheira das Comunidades, Rita Santos, mostrando como tradição e modernidade podem caminhar lado a lado.

Em “Passagens”, Joaquim Magalhães de Castro resgata a figura fascinante de Félix da Rocha, cartógrafo esquecido que merece regressar ao mapa da nossa memória. Nas Artes, celebramos Celina da Piedade, cuja música é raiz e reinvenção, eco e futuro.

O percurso segue com o Ambiente, onde refletimos sobre os milhões pagos para destruir o nosso património numa corrida desenfreada por uma transição energética duvido-

sa; levamos a política aos mais novos, e trazemos “Acompanhamento, saladas e molhos”, num magnífico texto do António Manuel Monteiro. Um tema que toca vidas e exige atenção: o tabagismo e os caminhos possíveis para a cessação tabágica, num artigo claro e útil de Eduarda Oliveira. Porque informar também é cuidar.

Paulo Dinis, traz-nos uma visão estratégica sobre Diplomacia Económica e a Diáspora Portuguesa. Em “Geração Sem Fronteiras”, vamos poder conhecer Francisca Gomes, que partiu do Porto para os Países Baixos. A “lente” deste mês está entregue ao Rui Santos, onde cada sombra parece escolhida, cada textura ganha voz, cada enquadramento sugere uma história que continua para lá da imagem. Na “Viagem Lusitana”, um poema de Isalita Pereira convidanos a todos a caminhar devagar, a sentir o peso leve das raízes e a reencontrar, na poesia, a geografia afetiva que une Portugal pelo mundo. Em “Falar Português”, seguimos a parte II da origem das línguas ibéricas. Fechamos com outro artigo de leitura obrigatória: um apelo à lucidez num mundo que insiste em viver dentro da mentira.

Esta edição é, mais do que nunca, um mosaico vivo: da arte que nos provoca à identidade que nos une; da economia que molda o mundo à infância que o renova; do ambiente que nos desafia à memória que nos ancora; da língua que nos atravessa ao olhar fotográfico que nos revela; das empresas que inovam às tradições que persistem; da reflexão fiscal que inquieta à saúde que nos chama à responsabilidade. Cada tema é uma peça deste retrato plural da luso-fonia contemporânea. Que cada página vos acompanhe com curiosidade, sentido crítico e inspiração — e que fevereiro vos encontre disponíveis para ver, pensar e sentir um pouco mais longe. Boas leituras.



Fátima Magalhães
Diretora

| E M D E S T A Q U E

As questões legais no Movimento Associativo

Um pilar invisível, mas decisivo

No Movimento Associativo, a energia que move as instituições nasce quase sempre da dedicação voluntária, da urgência de resolver problemas concretos e da vontade de servir a comunidade. Porém, entre atividades, eventos, candidaturas e respostas do dia a dia, há um território que permanece frequentemente esquecido: as questões legais e administrativas. Não por desinteresse, mas por falta de tempo, de recursos humanos ou de conhecimento técnico. Ainda assim, são precisamente esses aspectos que garantem a sustentabilidade, a credibilidade e a capacidade de crescimento das associações. A base legal de uma associação começa nos seus estatutos, muitas vezes redigidos há décadas e desajustados da realidade atual. A revisão estatutária é um processo exigente, mas essencial para clarificar competências, atualizar órgãos sociais, definir regras de transparéncia e garantir que a associação cumpre a legislação em vigor. Sem estatutos atualizados, qualquer organização fica vulnerável a conflitos internos, dificuldades de gestão e limitações no acesso a apoios públicos. Outro ponto crítico é a regularidade fiscal e contabilística. A entrega atempada de declarações, a manutenção de contabilidade organizada e a existência de relatórios de contas aprovados são requisitos básicos para qualquer entidade que pretenda candidatar-se a financiamentos, estabelecer parcerias ou simplesmente demonstrar seriedade institucional. A informalidade, tão comum no setor associativo, pode compro-

meter anos de trabalho. A par da contabilidade, a atualização dos órgãos sociais é frequentemente negligenciada. Muitas associações funcionam com direções caducadas, assembleias gerais por realizar ou atas inexistentes. Estes detalhes, aparentemente burocráticos, tornam-se decisivos quando a associação procura reconhecimento formal, como o estatuto de utilidade pública. Este estatuto exige transparéncia, regularidade documental e demonstração de impacto social — critérios que só podem ser cumpridos com uma gestão legalmente sólida.

É precisamente esse caminho que está a ser percorrido pela AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes, atualmente em processo de obtenção do estatuto de utilidade pública. Este processo exige rigor documental, demonstração de atividade continuada, cumprimento fiscal e estabilidade dos órgãos sociais. É um exemplo claro de como a maturidade legal não é um detalhe, mas um passo estratégico para reforçar a credibilidade e ampliar a capacidade de intervenção. No fundo, as questões legais não são um obstáculo, mas uma ferramenta de fortalecimento. Quando bem tratadas, permitem que as associações cresçam, acedam a novos apoios, estabeleçam parcerias institucionais e consolidem a confiança das comunidades que representam. O Movimento Associativo vive da paixão, mas sustenta-se na legalidade. E é nessa combinação que reside a sua força.



Cláudia Branco
Diretora Geral Área Jurídica AILD

AILD

Cinco Anos de Caminho, Uma Visão Sem Fronteiras

Cinco anos podem parecer pouco na vida de uma associação. Para a AILD, porém, estes cinco anos representam um percurso extraordinário, feito de visão, coragem e um profundo sentido de missão. Desde o primeiro dia, assumimos o compromisso de unir lusodescendentes de todo o mundo, valorizando as suas histórias, identidades e contributos para a projeção global da lusofonia. Hoje, ao olhar para trás, vemos muito mais do que um início promissor: vemos um movimento que ganhou forma, força e futuro.

A AILD nasceu com a convicção de que a diáspora lusófona é um património vivo, diverso e essencial para o desenvolvimento cultural, social e económico dos nossos países e comunidades. Em apenas cinco anos, construímos um plano de atividades robusto, coerente e ambicioso — digno de uma organização com décadas de maturidade. Promovemos as Comunidades, fortalecemos redes de cooperação, criámos programas educativos e culturais, dinamizámos debates sobre identidade e pertença, e abrimos portas para que cada lusodescendente se reconheça como parte ativa desta grande família global.

Este percurso tem sido marcado por uma energia coletiva que ultrapassa fronteiras. A cada iniciativa, confirmamos que a lusofonia é feita de pessoas que carregam consigo memórias, afetos e um desejo profundo de manter viva a

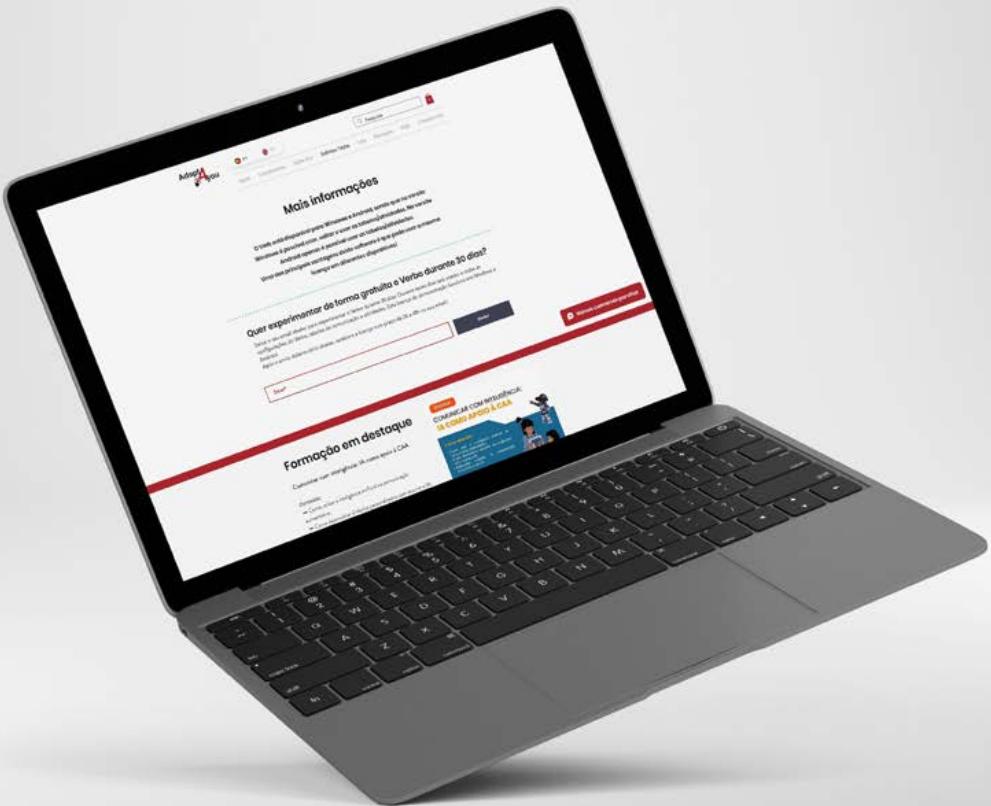
ligação às suas raízes. A AILD tem sido o espaço onde essas ligações se reencontram, se renovam e se projetam para o futuro. E é essa força humana que nos inspira a continuar. Nada disto seria possível sem o trabalho dedicado de uma equipa que acredita profundamente no valor da nossa missão, mas também sem a confiança de parceiros, instituições e, sobretudo, das pessoas que se identificam com a AILD e que caminham connosco. Cada projeto realizado, cada ponte construída, cada jovem que descobre a riqueza da sua herança cultural reforça a certeza de que estamos no caminho certo.

O futuro exige de nós ainda mais ambição, mais responsabilidade e mais capacidade de inovar. Queremos que a AILD cresça de forma sustentável, sólida e participativa. Queremos chegar mais longe, mas sempre com os pés assentes naquilo que nos define: a promoção da identidade lusófona, o respeito pela diversidade e a construção de oportunidades para as novas gerações. Sabemos que o caminho é exigente, mas também sabemos que é profundamente necessário.

Aos que já fazem parte desta história, deixo o meu profundo agradecimento. Aos que se querem juntar, deixo o convite aberto. A AILD é, e continuará a ser, um espaço de encontro, pertença e futuro. Com a força de todos, levaremos este projeto ainda mais longe — porque a lusofonia merece, e porque juntos somos sempre maiores.



Gilda Pereira
Vice-presidente



| E M P R E S A A S S O C I A D A

Adapt4you

Fale-nos do seu percurso profissional antes de fundar a Adapt4You. O que a trouxe para a área da acessibilidade e adaptação de espaços?

Para falar do meu percurso profissional, preciso de enquadrar o meu percurso pessoal. Eu tive uma prima com deficiência, com uma doença neuromuscular degenerativa, e desde cedo que estou desperta para as necessidades que existem nesta área. Por isso o meu objetivo foi sempre proporcionar uma boa qualidade de vida à minha prima e a outras pessoas com deficiência. Encontrei na licenciatura e mestrado de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade Humanas a resposta para os meus objetivos. Depois de sair do mestrado, trabalhei numa empresa em Viseu, a Sem Barreiras, que se dedicava ao desenvolvimento de salas multissensoriais. Com algum conhecimento de mercado e com vontade de contribuir ainda mais para a acessibilidade, decidi fundar a Adapt4you em

2018. O que mais me motiva é perceber que todos devemos ter equidade no acesso aos espaços, produtos e serviços e custame perceber que isso ainda não é possível e que ainda existe um grande caminho a percorrer para termos a verdadeira inclusão.

Como nasceu a Adapt4You? Qual era o problema concreto que queriam resolver?

A Adapt4you surge porque no meu mestrado (em 2016) desenvolvi um software para a minha prima de reconhecimento de expressões faciais para interação com o computador (Smile-Access). Na altura criou um impacto muito interessante na comunidade, tendo tido muito interesse pelas pessoas com deficiência e/ou os seus pares e ainda ganhou 5 prémios de empreendedorismo. Com este projeto percebi que em Portugal não existe muito desenvolvimento nesta área,



Andreia Matos, Diretora Executiva da Adapt4you

sendo uma lacuna, pois a deficiência exige muitas vezes soluções personalizadas para cada caso e cada necessidade (daí o nome Adapt4you). Então em 2018 surge a minha empresa para usar o conhecimento de engenharia e aplicá-lo nesta área. O foco inicial começou na acessibilidade digital, mas rapidamente fomos obrigados a ir para outras áreas como comunicação aumentativa e ajudas de vida diárias porque as necessidades são muitas e as soluções que existem ainda não dão essas respostas.

Quais os principais serviços e produtos que oferecem hoje?

Hoje oferecemos diversos serviços em diferentes áreas. Trabalhamos no desenvolvimento de soluções personalizadas em diversas áreas como comunicação aumentativa, acessibilidade digital, ajudas de vida diária e educação. Também revendemos produtos que já existem e que tentamos aplicar em

cada contexto. Uma das nossas grandes áreas é a formação, capacitando profissionais, famílias e pessoas com deficiência a usar os nossos e outros recursos disponíveis no mercado. Além disso, também temos a vertente da consultoria, principalmente orientada para a adaptação de espaços e orientação de profissionais a implementarem os nossos recursos. Participamos ainda em eventos, congressos e feiras desta área para mostrar os nossos serviços e produtos.

Pode descrever um projeto referência que ilustre bem a vossa abordagem?

O Smile-Access, que falei anteriormente, além de ter sido o nosso primeiro produto, acho que é o produto que ilustra a nossa maneira de trabalhar. A nossa abordagem é centrada na pessoa, nas suas dificuldades e nas suas capacidades. Mesmo que a solução apenas seja útil a uma pessoa é sufi-



ciente para que nos dediquemos a desenvolvê-la. O Smile-Access começou por ter tido um estudo de caso que foi a minha prima, mas atualmente já é usado por diferentes pessoas. E este software mostrou bem a nossa abordagem, em que fazemos uma avaliação inicial das necessidades, fazemos uma pesquisa de mercado, pois pode haver outras soluções que já dão resposta, desenvolvemos a solução com muitos testes e sempre com a opinião da pessoa em primeiro lugar e no final obtemos o produto.

Que papel tem a tecnologia (IoT, sensores, apps, BIM) nas vossas soluções?

Nos produtos que dispomos com tecnologia vamos usando diversos tipos de ferramentas. Por exemplo, o nosso software Smile-Access utiliza ferramentas de inteligência artificial para o reconhecimento de expressões faciais (já em 2016 utilizámos a inteligência artificial que não tinha o impacto que tem hoje). Também usamos muito impressão 3D no nosso dia a dia, aqui mais no desenvolvimento de produto do que propriamente o produto em si ter tecnologia. Além disso, também dispomos de algumas soluções de domótica. Cada vez mais temos produtos com diversas tecnologias devido ao aumento de dispositivos tecnológicos, mas nunca desfazen-

do da baixa tecnologia que também é importante no dia a dia das pessoas com deficiência.

Quem são os vossos clientes tipo (público, privado, residenciais, empresariais, instituições de saúde/educação)?

Os nossos clientes são muito diversos, começando pelo cliente final ou famílias a instituições públicas e privadas. Os nossos clientes mais regulares são instituições de educação, pois temos muitos produtos para o contexto escolar. Trabalhamos muito ainda com clínicas ou centros de reabilitação e ainda com Municípios.

Quais os planos de crescimento para 2026–2028 (novos serviços, internacionalização, parcerias)?

A Adapt4you tem tido um enorme crescimento de ano para ano e nos próximos 3 anos pretendemos ter novos produtos que já estão a ser preparados e que ainda serão lançados em 2026. Para 2027 e 2028 pretendemos começar a comercializar para fora de Portugal (já o fazemos atualmente, mas é algo muito pontual) e pretendemos aumentar a equipa para termos mais pessoas para conseguirmos desenvolver mais projetos e pretendemos uma equipa multidisciplinar para



que o conhecimento de todos possa contribuir para melhores e mais diversificadas soluções. A nível de parcerias estamos constantemente a atualizar a nossa rede de parceiros porque acreditamos que juntamente com outras entidades conseguimos identificar mais necessidades e chegar a mais pessoas com deficiência. Sem dúvida que o nosso foco para qualquer ano é sempre conseguir melhorar a acessibilidade e inclusão em Portugal.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

Penso que o projeto é super importante e interessante porque a rede de contactos é o que nos leva mais longe e a conhecer outras realidades que nos podem ajudar no quotidiano. Uma das etapas que fazemos sempre quando desenvolvemos um novo produto/serviço é perceber o que é feito noutras países

para perceber se temos de começar do zero ou se já existe algo que nos possa ajudar e se houver uma rede contactos ajudanos a chegar mais perto da realidade desses países. Além disso, essa rede de pessoas também nos pode ajudar a encontrar novos fornecedores e também na internacionalização das nossas soluções.

Que mensagem gostaria de deixar às famílias e instituições que trabalham diariamente com pessoas com deficiência?

Persistir e nunca desistir! Nunca desistir das pessoas com deficiência nem das suas limitações. Nunca se acomodem e procurem sempre mais e melhor. Na Adapt4you temos as portas abertas para receber todas as necessidades e tentamos dar o nosso melhor para tornar todas as soluções possíveis. Todas as vidas importam e todos devemos ter o mesmo direito de aceder a todos os serviços e espaços! Por isso vamos todos continuar nesta luta pela inclusão e acessibilidade.



Vera Diniz
Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

GRANDE ENTREVISTA

MARCO NEVES

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO,
INVESTIGADOR NA ÁREA DAS
LÍNGUAS E TRADUÇÃO

Marco Neves divide os seus dias entre a sala de aula, os livros e a comunicação pública, sempre com a língua portuguesa no centro. Linguista e professor, tem-se dedicado a mostrar como a língua muda, circula e se adapta, ligando comunidades espalhadas pelo mundo e atravessando diferentes tempos, espaços e contextos. Nesta conversa, fala do futuro do português, questiona ideias feitas sobre normas e variedades e defende uma língua viva, construída na prática quotidiana da comunicação – entre pessoas, dentro e fora da universidade, muito para lá das fronteiras dos países de língua oficial portuguesa.



© Tiago Araújo

É para nós um privilégio entrevistar um dos nossos, membro do Conselho Científico da Associação Internacional dos Lusodescendentes, e, sem dúvida, um dos maiores divulgadores da língua portuguesa na contemporaneidade. A sua carreira atravessa investigação académica, literatura, tradução profissional e comunicação de massas, tornando-o uma referência incontornável para todos aqueles que valorizam a língua e a cultura lusófona. Nós já o conhecemos, mas para quem nos está a ler, quem é Marco Neves enquanto indivíduo, para além das suas funções académicas, profissionais e mediáticas?

Costumo dizer que tenho várias profissões. Sei que as profissões não são tudo - nem sequer são o mais importante na vida de uma pessoa -, mas sou professor, tradutor e revisor e, neste momento, faço também divulgação científica na área da língua, através da rádio, da televisão e das redes sociais. No fundo, porém, acima de tudo, gosto de comunicar e de

conversar. Tenho dois filhos, o Simão e o Matias, e a Zélia, que é a minha mulher. Essa dimensão familiar, feita de conversas, de descoberta do mundo, das viagens e do quotidiano partilhado, é, no essencial, a parte principal do que posso dizer sobre mim.

Nos seus vídeos, costuma analisar palavras, explorando a sua origem, evolução e significado. Se aplicarmos essa mesma atenção ao seu próprio nome, “Marco”, que significado tem e de que forma sente que ele refletiu a sua trajetória pessoal e profissional, a sua relação com a língua e com a comunicação, e a forma como constrói pontes culturais?

O nome não somos nós que o escolhemos. Muitas vezes existe a ideia de que o nome é o destino e, de certa forma, isso acaba por ser verdade, porque ficamos marcados pelo nome que temos e porque a imagem que os outros constroem de nós também passa, em parte, por ele. Mas não é só isso.





No meu caso, o nome está, na sua origem, ligado ao deus romano da guerra. Não sou, particularmente, uma pessoa conflituosa ou guerreira e, nesse sentido, afasto-me bastante do significado original do nome. Ainda assim, trata-se de um nome que percorreu várias línguas e que foi mudando de forma ao longo do tempo. É um nome português há muitos séculos, mas existiu também a forma “Marcos”, que foi, durante muito tempo, muito mais comum. Só no final do século XX, penso eu que por influência italiana, o “Marco” voltou a tornar-se frequente.

Por essa razão, sendo um nome que reflete a variedade e a circulação da língua, acaba por ter alguma relação comigo, porque gosto precisamente de explorar essas ligações entre línguas diferentes.

Os nomes próprios em português têm uma característica que não se verifica em todas as línguas. Não conheço muitas línguas, pelo menos das mais próximas de nós, em que isto aconteça da mesma forma. Na origem, os nomes próprios eram nomes comuns que os pais atribuíam aos filhos. A partir desses nomes comuns é que surgiram os nomes próprios. Hoje, porém, nas nossas línguas, os nomes próprios são quase apenas um conjunto de sons de que gostamos e que escolhemos para os nossos filhos.

Depois, as associações que fazemos aos nomes têm muito mais a ver com as pessoas concretas que conhecemos e que partilham esse nome do que, por exemplo, com a sua origem mitológica ou etimológica, como o deus da guerra.

A sua carreira atravessa investigação académica, literatura, tradução profissional e comunicação. Existe alguma dimensão que considera mais central para a sua missão?

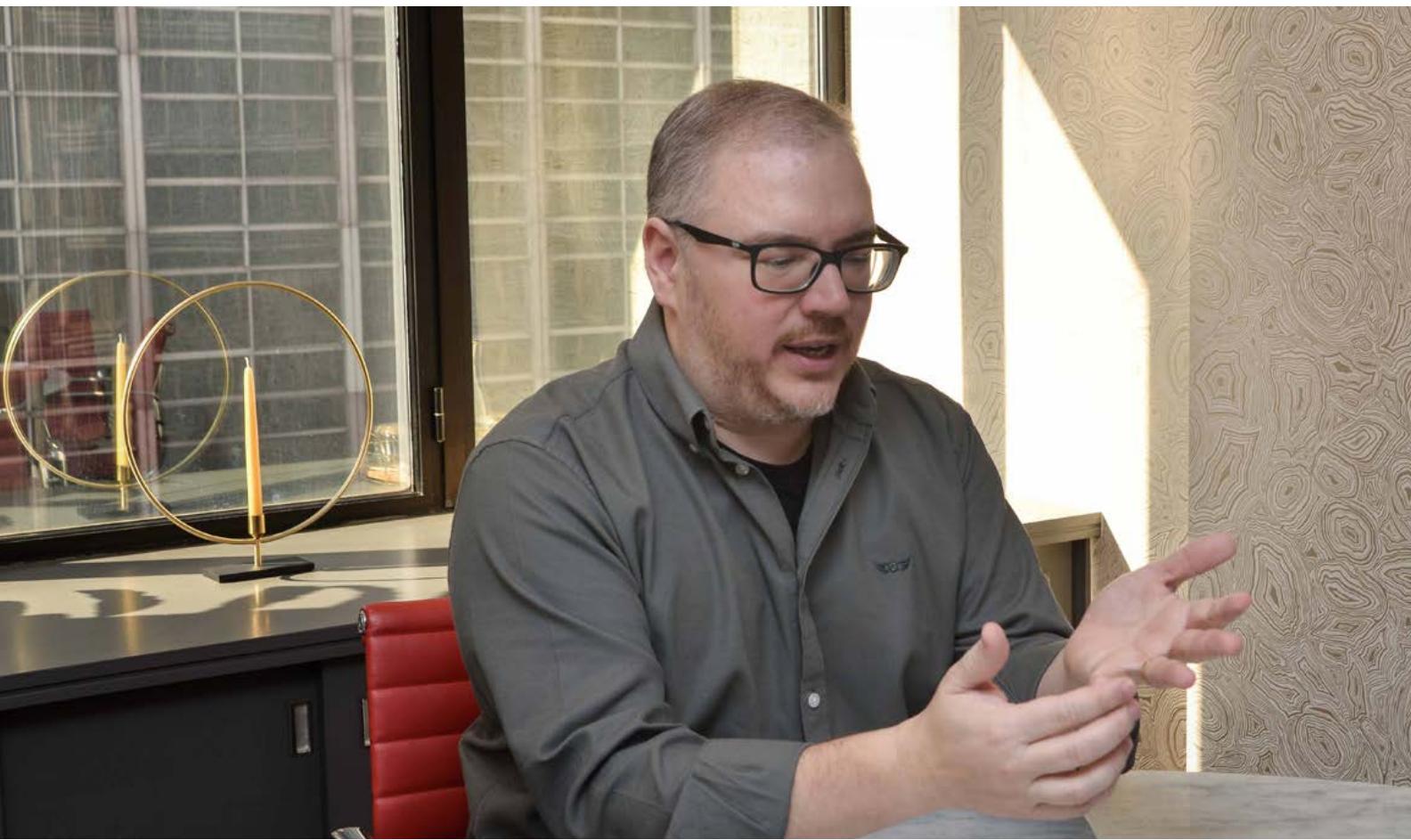
Escrevo muitos livros, falo com frequência em público e dou aulas. Já me perguntaram várias vezes, inclusive alunos, se tivesse de escolher apenas uma destas atividades, qual escolheria. Não é uma pergunta fácil e, na verdade, a resposta pode ir mudando ao longo da vida. A resposta que costumo dar, e que continuo a manter, é dar aulas. É aquilo de que mais gosto. Gosto muito de comunicar, mas as aulas também são comunicação e têm algo de muito particular: permitem estar com as pessoas, vê-las, perceber as reações e construir esse diálogo de forma direta.

Diante de uma trajetória tão multifacetada, como sente que cada uma dessas dimensões (académico, autor, tradutor, comunicador e criador de conteúdos digitais) moldou a sua visão sobre a língua portuguesa, a sua evolução histórica e cultural, e o papel que a língua desempenha na construção de pontes culturais, na preservação da identidade lusófona e na promoção do conhecimento junto de públicos diversos?

Nos últimos anos, tenho criado vários vídeos e programas que chegam não só a Portugal, mas também a outros países.

É difícil explicar isto, mas quando comunicamos na internet acabamos muitas vezes por lidar com um mundo que pode ser mais agressivo do que a vida fora do espaço digital. A distância faz com que algumas pessoas comentem de forma mais dura, e isso pode criar a sensação de que tudo é muito conflituoso, de que qualquer coisa que se diga implica sempre o risco de gerar problemas. No entanto, se alguém me tivesse dito, há três anos, quando comecei a comunicar mais diretamente para o público, que seria possível falar destes temas, chegar a tantas pessoas e manter conversas serenas com falantes de diferentes países de língua portuguesa, provavelmente teria sido mais pessimista do que sou hoje. Apesar do ruído e do “borbulhar” de comentários que existe de todos os lados, isso acaba por ser muito pouco quando comparado com a forma como as pessoas, na prática, conseguem comunicar através da mesma língua, mesmo com todas as diferenças que ela apresenta entre países.

Além disso, tenho encontrado pessoas que não são portuguesas, brasileiras, angolanas ou de outros países lusófonos, mas que estão a aprender português e demonstram um interesse muito genuíno pela nossa língua. Isso foi uma grande surpresa para mim. Quando faço vídeos ou programas, ao contrário do que acontece em muitos conteúdos criados especificamente para o ensino do português, não tento ensinar a língua, mas falar sobre o português, partindo do princípio de que quem me ouve já fala a língua. Perceber que, mesmo assim, esse conteúdo chega a pessoas que estão a aprendê-la e que se sentem interessadas foi algo que me marcou bastante. Tudo isto acabou por me dar uma visão mais positiva sobre a forma como a língua portuguesa liga não só quem já a fala, mas também quem ainda está a descobri-la.



© Tiago Araújo

Costuma dizer que exerce sete ofícios ligados às palavras: tradutor, revisor, professor, leitor, conversador, autor e pai-contador de histórias. Qual destes considera mais central para o seu impacto junto do público? Como concilia funções técnicas, criativas e pedagógicas sem perder identidade em cada papel?

Quem trabalha na área académica tem, naturalmente, de dar aulas, que é aquilo de que mais gosto, mas também de fazer investigação, ou seja, criar conhecimento que não existia antes. Há ainda um outro papel muito importante no meio académico que, por vezes, é esquecido e que até gera alguma tensão dentro da universidade: a divulgação do conhecimento que já existe. Não basta produzir saber; é fundamental que esse conhecimento chegue à sociedade.

No meu caso, isso acontece sobretudo na área da língua portuguesa e das línguas em geral. No entanto, nem sempre é fácil conciliar tudo: dar aulas, investigar, criar novo conhecimento e, ao mesmo tempo, divulgá-lo de forma acessível. Ainda assim, estou convencido de que, mesmo quando criamos conhecimento novo, se ele ficar fechado numa sala,

numa biblioteca ou apenas num artigo académico que, apesar de estar disponível online, quase ninguém lê, o seu valor é muito menor do que se conseguir chegar a mais pessoas e à sociedade em geral. É por isso que tento encontrar um equilíbrio, percebendo aquilo que faço melhor e procurando integrar essa capacidade nas diferentes coisas que vou desenvolvendo. No meio de tudo isto, há um eixo que é verdadeiramente central: a vida familiar. Conciliar tudo não é fácil, e isso não me torna especial; todos nós lidamos com essas dificuldades. Em determinados momentos, é necessário estabelecer prioridades, perceber o que é realmente mais importante e aceitar deixar aquilo que não é essencial.

Enquanto docente e investigador no CETAPS, tem acompanhado gerações de tradutores num contexto marcado pela globalização, pelo contacto com múltiplas culturas e pelo desenvolvimento de tecnologias digitais, incluindo inteligência artificial e ferramentas de tradução automática. Quais considera serem os maiores desafios para a formação de tradutores hoje, não apenas em termos de competências técnicas, mas também de sensibilidade cultural, ética profissional e



© Tiago Araújo

capacidade crítica? De que forma equilibra a necessidade de preparar os alunos para um mercado de trabalho altamente tecnológico com a preservação do rigor linguístico, da criatividade e do entendimento profundo das nuances da língua portuguesa e das línguas estrangeiras?

Quando se pensa na profissão de tradutor, quem não trabalha na área tende a ter uma imagem bastante limitada. Normalmente, imagina-se o legendador que faz legendas para a televisão ou o tradutor literário. No entanto, os tradutores são um grupo muito diverso, que intervém em áreas extremamente variadas e, muitas vezes, inesperadas.

Mesmo os alunos que iniciam um curso de tradução nem sempre têm consciência da amplitude de campos em que um tradutor pode trabalhar. Basta pensar que é difícil imaginar uma empresa ou um setor que, mais cedo ou mais tarde, não necessite de tradução. Além disso, existem atividades que não são, à partida, entendidas como tradução, mas que são frequentemente desempenhadas por tradutores. Um exemplo particularmente interessante é a audiodescrição.

Nos filmes, no teatro ou noutras produções culturais acessí-

veis a pessoas cegas, há alguém que descreve aquilo que está a acontecer em cena, traduzindo a imagem para palavras. No teatro, por exemplo, antes da peça começar, os espectadores são convidados a subir ao palco, a tocar nos objetos e a perceber o espaço. Depois, durante o espetáculo, tudo o que acontece é descrito verbalmente. É uma forma de mediação linguística e sensorial extremamente rica e reveladora do verdadeiro alcance da tradução.

Existem muitos outros contextos semelhantes, como situações de conflito, serviços públicos ou hospitalares, onde os tradutores desempenham um papel essencial. Tudo isto ajuda a perceber que a tradução não se resume a passar palavras de uma língua para outra. Essa dimensão mais técnica pode, em parte, ser apoiada por ferramentas de tradução automática ou por inteligência artificial, embora ainda não seja totalmente substituível. Mas, mesmo que viesse a ser, há uma faceta fundamental da tradução que nunca desaparecerá: o contacto humano e a mediação entre pessoas, culturas e contextos. Não é uma ferramenta automática que vai permitir que alguém assista a uma peça de teatro através da audiodescrição. Por isso, os alunos precisam de desenvolver não só compe-



© Tiago Araújo

tências técnicas e linguísticas, mas também essa dimensão humana. Nem sempre é um processo simples, mas passa muito por os ajudar a descobrir o vasto leque de possibilidades que a profissão oferece. Ao longo do curso de tradução, acabam por se tornar mais abertos e conscientes da diversidade de caminhos que podem seguir no futuro, alguns mais próximos do papel tradicional do tradutor, outros bastante diferentes.

A fundação da Eurologos Portugal, em 2006, representou um marco na sua carreira, consolidando-o como empreendedor na área da tradução profissional. Que aprendizagens retirou dessa experiência sobre o mercado de tradução em Portugal e internacionalmente, sobre gestão de equipas de linguistas e sobre a exigência de conciliar rigor técnico com criatividade e sensibilidade linguística?

O que posso dizer é que, independentemente de ser uma empresa de tradução criada por mim e por colegas meus, a Eurologos Portugal começou por ser uma pequena empresa. E isso foi, desde logo, uma grande descoberta. Quando alguém decide criar uma pequena empresa, em qualquer área, depara-se com um conjunto de realidades que, para quem nunca passou por essa experiência, são totalmente novas. De repente, é preciso lidar com clientes, com contabilidade, com questões financeiras e fiscais, e isso revela um certo desfasamento entre a percepção do mundo real dentro da universidade e aquilo que efetivamente existe fora dela.

Por outro lado, também é verdade que, nas empresas, nem sempre se tem uma noção clara do que acontece nas universidades. Eu sinto muitas vezes que vivo entre dois mundos. Nesse processo, até tarefas aparentemente simples, como lidar com contabilidade, tornam-se descobertas importantes.



© Tiago Araújo

Pode parecer algo muito técnico ou seco, mas não é. Acaba por ser, de certa forma, mais um exercício de tradução. Lembro-me bem de que, em 2006, as primeiras conversas com a nossa contabilista eram quase um exercício de mediação linguística, entre uma terminologia que desconhecíamos por completo e que ninguém nos tinha ensinado, e que tivemos de aprender naquele momento.

Essa experiência deu-me também uma maior compreensão das dificuldades reais que muitas empresas enfrentam. Muitas vezes, quem define as regras – que são necessárias e têm uma função essencial para o funcionamento da sociedade – não tem plena consciência da complexidade que é cumpri-las fora de determinados contextos.

Criámos a empresa em Lisboa, com acesso a muitos recursos e a pessoas a quem podíamos pedir ajuda, e mesmo assim tivemos de lidar com questões bastante complexas. Um exemplo muito concreto, sobre o qual cheguei a escrever um artigo académico, foi o problema da dupla tributação. Como trabalhávamos com muitos tradutores de outros países, era necessário, por exemplo, obter números de contribuinte portugueses para profissionais que nunca tinham estado em

Portugal, apenas para podermos cumprir os modelos fiscais exigidos. Muitas vezes pensava que, se nós, com todo o acesso a informação, conhecimento e apoio, tínhamos tanta dificuldade em resolver estas questões, como seria para uma empresa situada longe dos grandes centros ou sem essa rede de apoio. No fundo, foi uma aprendizagem em tempo real sobre a complexidade e as exigências de criar e manter uma empresa.

O seu livro “História do Português desde o Big Bang” procura mapear a evolução da língua desde os primórdios até à contemporaneidade, envolvendo questões de etimologia, sociolinguística, história e cultura. Que desafios encontrou ao traduzir conceitos complexos da evolução da língua para uma narrativa clara, envolvente e pedagógica, que fosse simultaneamente académica e cativante para o público geral?

O desafio começa logo aí. O livro “História do Português desde o Big Bang” nasce, antes de mais, de uma espécie de brincadeira. A ideia era que o próprio título ajudasse a perceber como é difícil marcar o início de uma língua. Afinal, quando é



© Tiago Araújo

que uma língua começa? Pensamos muitas vezes que começa quando alguém lhe dá um nome, mas quando alguém lhe dá um nome é porque já havia pessoas a falá-la. Caso contrário, nem sequer teria sido possível nomeá-la. No caso do português, esse nome só surge muito tarde, já no século XV, por volta de 1430.

Nessa altura, a língua já existia há muitos séculos. Já havia poesia escrita naquilo que hoje chamamos português. A língua não foi inventada numa mesa, como se alguém tivesse decidido criar uma língua para começar a escrever. Pelo contrário, quando alguém escreve, a língua já tem de existir. O português resulta de uma transição gradual a partir do latim, misturado com tudo o que estava à volta: línguas que já existiam antes, como as línguas celtas, outras que chegaram depois, como o árabe, entre muitas outras influências. Tudo

isso foi, lentamente, dando origem a uma língua falada pelas pessoas e, só mais tarde, escrita.

Não há, portanto, um momento exato em que se possa dizer “a língua nasceu aqui”. Costumo explorar esta ideia quando vou a escolas e coloco a seguinte pergunta: no momento em que D. Afonso Henriques se proclama rei de Portugal, que língua é que as pessoas falavam na rua? As pessoas ficam a pensar e acabam por concluir que já não era latim, mas também não se podia chamar propriamente português, porque a língua ainda estava em formação.

Ou seja, não existe um dia específico em que tudo muda. Isto acontece com o português e com todas as outras línguas, incluindo as suas variedades. Não há um dia em que se cria o português do Brasil ou o português de Angola. Trata-se sempre de um processo muito gradual, em que uma comu-



© Tiago Araújo

nidade, num determinado lugar, vai alterando a sua forma de falar ao longo do tempo. E esse processo é mais lento do que muitas vezes imaginamos. Costumamos reparar sobretudo nas mudanças e, por isso, temos a sensação de que a língua está sempre a mudar rapidamente. No entanto, se pegarmos, por exemplo, num poema do século XIII, ainda conseguimos compreender alguma coisa, mesmo que não tudo. Isso mostra como estas transformações acontecem de forma muito mais lenta do que parece.

O desafio do livro foi, então, partir dessa brincadeira inicial e transformá-la numa reflexão mais séria. Quis também mostrar a evolução de certas palavras que usamos para falar do universo e da ciência, como “Big Bang”, que é uma expressão inglesa que importámos para o português, ou palavras como “célula” e “vírus”. No fundo, a ideia foi ligar a língua portuguesa às outras ciências e mostrar que, sem a língua, também não conseguimos comunicar o conhecimento científico. A língua está sempre presente, mesmo quando falamos das coisas mais distantes, como o próprio universo.

Ao compilar o “Atlas Histórico da Escrita”, reuni informação sobre diferentes sistemas de escrita, cronologias históricas e transformações culturais associadas à linguagem escrita. Quais foram as descobertas mais inesperadas ou fascinantes durante este processo, e de que forma estas o levaram a refletir sobre a relação entre escrita, identidade cultural e transmissão de conhecimento ao longo dos séculos?

Um dos factos mais extraordinários que descobri foi perceber que a escrita surge, tanto quanto sabemos, há cerca de cinco mil anos, primeiro na Suméria e depois, pelo menos, em mais três lugares distintos. Cinco mil anos parecem muito, mas na verdade são quase nada quando comparados com a história da humanidade e, sobretudo, com a história da linguagem. Sabemos que as línguas humanas existem há, pelo menos, cinquenta mil anos, e provavelmente há muito mais tempo. Não conheço nenhum linguista que defenda que a linguagem humana seja tão recente quanto isso. Basta pensar, por exemplo, em ilhas que foram povoadas,



© Tiago Araújo

especialmente na Ásia. É praticamente impossível imaginar comunidades de algumas centenas de pessoas a construir barcos e a organizar viagens marítimas sem uma linguagem suficientemente desenvolvida para permitir coordenação, planeamento e transmissão de conhecimento. Isso mostra que a linguagem humana já existia há, no mínimo, cinquenta mil anos. A escrita, em comparação, surge apenas há cinco mil, o que corresponde a cerca de dez por cento desse tempo. Isso significa que há todo um mundo anterior à escrita que desconhecemos por completo. Um universo de línguas, histórias, culturas e narrativas que se perderam sem deixar rastro. Temos, de certa forma, a história das línguas, mas é como se conseguíssemos vê-la apenas a partir do meio. Tudo o que veio antes permanece, em grande parte, invisível, e isso é profundamente fascinante.

Uma das descobertas que mais me marcou está relacionada com um sistema de escrita encontrado na Ilha da Páscoa, o Rapa Nui. Trata-se de um sistema gravado em folhas de árvore. Foi identificado no século XIX, mas, nessa altura, já estava praticamente em desuso e não se conseguiu encontrar ninguém que soubesse explicar o que estava ali escrito. Até hoje, ninguém sabe o conteúdo desses textos.

O que torna este sistema particularmente fascinante é a ideia de que podem ter existido muitos outros sistemas de escrita ainda mais antigos, mas que simplesmente desapareceram porque foram registados em materiais degradáveis. Este caso pode ser apenas um sinal de que, sobretudo em regiões próximas do Equador, terão existido diversos sistemas de escrita que nunca chegámos a conhecer.

Curiosamente, os sistemas de escrita que conhecemos per-



© Tiago Araújo

tencem, em grande parte, a regiões mais frias, onde os materiais utilizados eram mais duráveis. É por isso que conhecemos a escrita da Suméria, do Egito, da China ou de certas zonas da América Central. As condições climáticas ajudaram a preservar esses registros. Tudo isto reforça a ideia de que existe uma enorme parte da história da escrita, da linguagem e das culturas humanas que simplesmente se perdeu, sem possibilidade de recuperação.

Enquanto autor de obras que cruzam história, gramática e curiosidades linguísticas, como observa a relação entre criatividade literária e precisão linguística? Que desafios sente que os escritores contemporâneos enfrentam ao tentar inovar na língua portuguesa sem comprometer clareza, riqueza vocabular ou musicalidade?

Os escritores, em geral, não precisam de criar palavras novas constantemente. Alguns fazem-no com muita frequência, como é o caso do Mia Couto, que é famoso por inventar palavras em quase todas as frases. Mas, de forma geral, o que os escritores fazem é pegar no material que já foi criado pela

comunidade de falantes, que é, por si só, extremamente criativa. A língua está em constante evolução: estamos sempre a inventar palavras e expressões novas, muitas desaparecem, mas algumas permanecem e acabam por integrar-se lentamente no vocabulário.

A língua não muda tanto na sua gramática, mas surgem sempre novas palavras que os escritores podem usar como matéria-prima, tal como um pintor utiliza as suas tintas. O pintor não precisa de criar as cores, apenas combiná-las e utilizá-las de forma criativa. Da mesma forma, os escritores não têm de inventar palavras constantemente; o desafio está em como misturam e organizam esse material para criar algo novo.

Por vezes, alguns escritores quebram deliberadamente as regras para produzir efeitos inovadores. Há uma diferença fundamental entre não respeitar as regras por desconhecimento e fazê-lo conscientemente para criar algo novo. No primeiro caso, trata-se de falta de domínio; no segundo, de criatividade intencional. Por isso, não me incomoda quando os escritores desafiam a norma, desde que seja de forma consciente e intencional, procurando um efeito específico no

leitor. Quando a ausência de regras é apenas descuido ou preguiça, aí sim há um problema. Felizmente, a maioria dos escritores publicados conhece bem as regras e utiliza-as como ferramenta de criação.

Na verdade, a própria existência de regras oferece aos escritores a liberdade de inovar, porque podem demonstrar domínio e, ao mesmo tempo, distanciar-se das normas para efeitos estilísticos. Um exemplo muito conhecido é José Saramago. Muitas pessoas têm a ideia de que ele não usa vírgulas, mas, na realidade, usa-as abundantemente, muitas vezes onde outros colocariam dois pontos ou travessões. Mais além, António Lobo Antunes leva essa liberdade ainda mais longe, construindo capítulos que, por vezes, consistem numa única frase estendida por várias páginas. É curioso que se fale tanto de Saramago, quando Lobo Antunes explora a pontuação e a estrutura narrativa de forma ainda mais radical.

A literatura é, no fundo, a utilização do material linguístico conforme a vontade do escritor, e os leitores podem aceitá-lo ou não. Apontar erros gramaticais na escrita literária nem sempre é útil, porque muitas vezes a forma como se escreve representa a fala de uma personagem ou pretende reproduzir um efeito estilístico. Além disso, o que consideramos erro ou norma muda com o tempo. A escrita do Eça de Queirós ou do Camilo Castelo Branco, por exemplo, pode parecer incorreta hoje, mas refletia as normas da época. Limitar-se a apontar supostos erros é, portanto, reduzir a riqueza e a dinâmica da língua.

No programa “Português Suave”, consegue conjugar informação rigorosa, curiosidades históricas e humor de forma a envolver milhares de ouvintes. Como aborda o desafio de tornar conteúdos académicos ou complexos acessíveis e divertidos ao mesmo tempo, sem perder precisão científica ou profundidade pedagógica?

Nesse caso, conto com a ajuda do João, que apresenta o programa comigo e é locutor na Rádio Observador. Isso transforma o programa num verdadeiro diálogo, enriquecido também pela participação dos ouvintes, que enviam pedidos e, por vezes, até sugestões de correção. Essa interação cria uma dinâmica muito interessante, permitindo conciliar a divulgação da língua portuguesa com o rigor necessário.

Com milhões de visualizações nas redes sociais, como transforma temas complexos, como etimologia, fonética, sintaxe ou história da língua, em conteúdos curtos, pedagógicos e envolventes? Que critérios utiliza para manter rigor académico e relevância pública, e de que forma avalia o impacto educativo destas iniciativas junto de públicos de diferentes idades e formações?

A experiência de criar muitos vídeos curtos permite perceber o que funciona e o que não funciona. É uma questão de equilíbrio: há temas que o público quer explorar, mas também há assuntos que eu gostaria que despertassem interesse. Ao longo destes anos, aprendi a abordar determinados temas de forma a estimular a interação das pessoas, sem nunca fugir ao que considero importante partilhar. É, portanto, um equilíbrio entre aquilo que as pessoas querem ouvir e aquilo que eu gostaria que elas quisessem ouvir.

Essa experiência funciona também como uma espécie de prova pedagógica: como transformar informação ou conhecimento em conteúdos que as pessoas queiram acompanhar? É, ao mesmo tempo, um desafio criativo. É curioso perceber que as discussões sobre língua atraem atenção e isso dá-me muito prazer. Além disso, ao visitar escolas, verifico que muitos professores utilizam os meus vídeos para ajudar os alunos a compreender determinados temas. Não era esse o objetivo inicial, mas é muito gratificante perceber que há esse impacto real na aprendizagem.





© Tiago Araújo

Como a comunicação digital e globalizada alterou a forma de ensinar, divulgar e valorizar a língua portuguesa? Que competências se tornaram essenciais para manter rigor, clareza e interesse num contexto de atenção fragmentada e alcance internacional?

A atenção fragmentada faz parte da nossa vida atualmente. Diante disso, podia ter optado por não participar em nada deste mundo digital, ou podia escolher envolver-me, tentando usar os métodos e meios que existem hoje. Foi esta a opção que tomei, embora não tenha sido planeada. Comecei a fazer vídeos quase por brincadeira, e só passado alguns meses percebi que as pessoas estavam a reagir e a comentar sobre conteúdos que inicialmente criei de forma descontraída. Foi aí que tudo começou a ganhar forma.

Já tinha escrito vários livros sobre a língua portuguesa e notei que eles próprios estavam a chegar a um público mais amplo, especialmente quando a editora me começou a telefonar a di-

zer que as vendas estavam a aumentar. Uma coisa acabou por levar à outra. Portanto, muitas vezes, a forma de lidar com a atenção fragmentada é justamente aproveitar essa própria fragmentação para conduzir as pessoas a conteúdos mais longos, que exigem mais tempo e reflexão.

Enquanto membro do Conselho Científico da Associação Internacional dos Lusodescendentes, como vê o papel da Associação na promoção e valorização da língua portuguesa junto das comunidades lusodescendentes?

De facto, existem muitas atividades promovidas ou apoiadas pela Associação para incentivar o uso da língua portuguesa junto dos lusodescendentes. Acredito que ninguém precisa de perder a sua língua para aprender a língua do país onde vive. Pelo contrário, quem mantém o português na sua vida só tem a ganhar, embora nem sempre seja fácil perceber isso. Recentemente estive em França, num evento com a parti-



© Tiago Araújo

pação da Associação, onde foram apresentadas várias iniciativas em Paris que permitem à comunidade portuguesa manter a língua portuguesa presente no seu dia a dia.

Nos seus vídeos e livros, partilha frequentemente curiosidades fascinantes sobre a língua portuguesa, etimologias surpreendentes e fenómenos pouco conhecidos. Existe alguma descoberta recente, seja histórica, contemporânea ou etimológica, que gostaria de partilhar como um “segredo” ou surpresa para os leitores da Descendências Magazine?

Não é algo recente, mas diria que os nomes próprios são sempre fascinantes. Uma curiosidade interessante é o nome “Tiago”, que é o nome de um dos meus irmãos.

O percurso do nome “Tiago” é bastante curioso e mostra como, muitas vezes, os falantes não seguem regras pré-estabelecidas. Os nomes próprios foram criados numa época em que praticamente ninguém sabia escrever. O nome “Tiago” vem de um nome latino, que por sua vez tinha origem num nome hebraico, sendo portanto um nome bíblico. O nome latino era “Jacobus”, o qual pertencia a um dos apóstolos e acabou por se tornar especialmente importante na Galiza.

O que aconteceu depois foi que “Jacobus” passou a “Iago”. Pelo menos, este seria o desenvolvimento natural em português, não fosse um “acidente” pelo caminho: o “Sanctus Jacobus”, em latim, transformou-se em “Santo Iago”. Os falantes, na sua interpretação, passaram a entender que o nome correto seria “São Tiago” e não “Santo Iago”. Esse “Ti” inicial acabou por surgir como um fragmento da palavra “Santo”, tornando o nome mais sonoro e agradável. Acho este detalhe particularmente curioso.

Olhando para o futuro, como imagina a língua portuguesa daqui a 50 ou 100 anos, considerando globalização, migração, mobilidade de falantes, educação formal e informal, tecnologia e comunicação digital? Que impactos prevê sobre a preservação da diversidade dialetal, sobre a unidade cultural lusófona e sobre a capacidade do português se manter relevante e dinâmico?

Se compararmos a nossa língua com o que existia há 500 anos, percebemos muitas diferenças que, à época, talvez ninguém conseguisse prever. Por exemplo, se voltássemos 500 anos atrás, quais seriam as grandes diferenças em relação ao



© Tiago Araújo

português de hoje? A língua era muito diferente e mais variada, e a escrita não era tão comum. Escrever era algo reservado a poucas pessoas, enquanto hoje é acessível a quase todos. Isso mostra como é difícil fazer previsões. O que posso afirmar é que acredito que o português vai continuar a existir. Se o inglês continuar a expandir-se da forma como tem feito, poderemos chegar a um ponto em que o português se torne mais oral do que escrito - espero que isso não aconteça. Também poderia acontecer o contrário: o português acabar reservado apenas a usos formais e acadêmicos, protegidos em universidades, mas falado por poucos. Mais uma vez, espero que isso não se concretize, mas é algo que devemos ter em conta se quisermos evitar que aconteça. Acredito, no entanto, que o mais provável é que continuemos a ter o português vivo e presente, apesar de todas as pressões e desafios que mencionámos há pouco.

Que impacto espera que os seus livros, programas mediáticos, atividades pedagógicas e iniciativas profissionais tenham no fortalecimento da língua portuguesa e no estímulo à curiosidade linguística de gerações futuras, não apenas em Portugal, mas em toda a comunidade lusófona?

Gostava que houvesse um incentivo maior à comunicação entre os vários países, que pudéssemos falar mais frequentemente sobre estas questões sem tanto atrito, como acontece por vezes. Também gostaria que houvesse mais pessoas interessadas em investigar e estudar a língua portuguesa, e que cada vez mais pessoas se dedicassem a projetos semelhantes aos que eu realizo.

O que realmente gostaria é que se desenvolvessem iniciativas deste tipo, que já se fazem muito em inglês, mas que também pudesse acontecer de forma consistente em português.

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

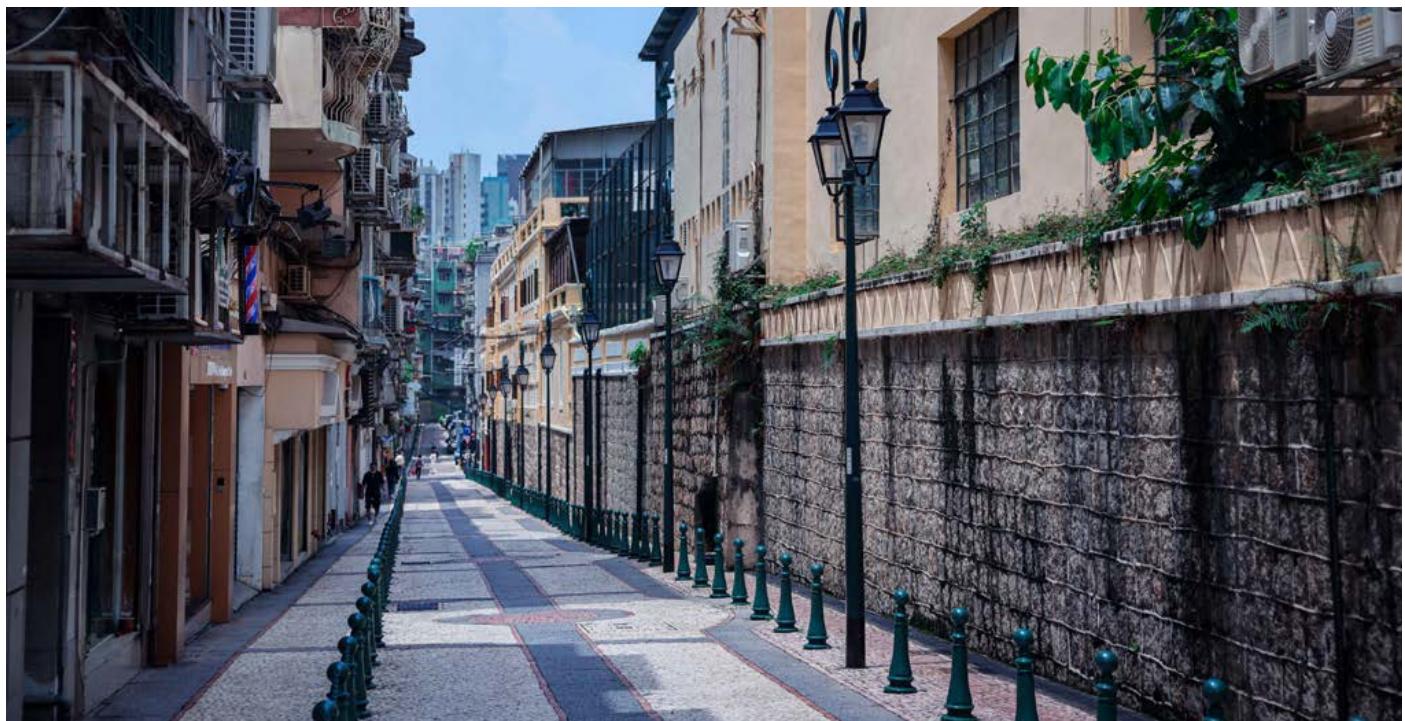
O Crescimento e a Diversificação Económica de Macau



Macau, como Região Administrativa Especial da China, tem passado por transformações económicas significativas nas últimas décadas, com um modelo tradicionalmente centrado no setor do jogo (casinos) a enfrentar a necessidade urgente de diversificação económica, conforme as políticas definidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) nas Linhas de Ação Governativa nos últimos 10 anos. O crescimento e a reconversão da economia são orientados tanto por políticas locais como por diretrizes nacionais, visando garantir estabilidade a longo prazo e reduzir a dependência de um único setor.

Trajetória do Crescimento Económico

- Base histórica: Durante anos, Macau foi conhecida como a “Capital Mundial do Jogo”, com o setor a contribuir para mais de 80% das receitas fiscais e cerca de 50% do PIB (pré-pandemia).
- Recuperação pós-pandemia: Após um declínio acentuado durante a COVID-19, a economia retomou o crescimento em 2023, com um aumento real do PIB de 80,5% (devido à baixa base de comparação). Para 2024, projeta-se um crescimento mais moderado, entre 15% a 25%, impulsionado pela retoma do turismo e do consumo.



- Desafios: A economia de Macau é altamente volátil devido à sua dependência do jogo e do turismo externo, exigindo estratégias de mitigação de riscos.

Estratégias de Diversificação Económica

O governo da RAEM tem promovido ativamente a diversificação, alinhada com as diretrizes nacionais, nomeadamente no Plano Quinquenal de Macau e nas políticas de integração na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. As áreas prioritárias incluem:

a) Desenvolvimento de Indústrias Não-Jogo

1. Turismo de Experiência e Lazer:

- Promoção de turismo cultural (ex.: Centro Histórico de Macau, património da UNESCO), turismo médico, e eventos internacionais (como o Grande Prémio de Macau).

- Desenvolvimento de complexos hoteleiros e de entretenimento familiar (ex.: atrações temáticas, espetáculos).

Conforme informação divulgada pela Direção dos Serviços de Estatísticas e Censo, em 23 de janeiro do corrente ano, o número de entradas de visitantes na RAEM totalizou 40 069 360, mais de 14.7%, em termos anuais.

Serviços Financeiros:

- Expansão do setor financeiro, com foco em finanças verdes e finanças entre a China e os Países de Língua Portuguesa aproveitando o papel de Macau como plataforma de serviços

- na cooperação económica e comercial entre a China e os nove Países de Língua Portuguesa.

- Criação de uma bolsa de ativos em yuan (RMB) e desenvolvimento de serviços de gestão de património.

Tecnologia e Inovação:

- Cooperação com Zhuhai (especialmente na Zona de Cooperação Industrial Guangdong-Macau) para desenvolvimento de tecnologias como inteligência artificial, medicina tradicional chinesa digital e big data.
- Atração de start-ups e incentivos fiscais para empresas de alta tecnologia.

Economia Cultural e Criativa:

- Apoio a indústrias como cinema, design e gastronomia (ex.: inscrição de Macau como “Cidade Criativa da UNESCO na Gastronomia”).

a) Integração Regional na Grande Baía

- Macau colabora com cidades como Guangzhou, Shenzhen e Hong Kong em projetos de logística, I&D, e mobilidade de talentos.

- A Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a facilitação de vistos reforçam a conectividade.

b) Plataforma de Cooperação China-Países de Língua Portuguesa

- Macau posiciona-se como um hub comercial, financeiro e



de mediação entre a China e os países de língua portuguesa, promovendo negócios em setores como energia, agricultura e infraestruturas.

Com o apoio da República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe) foi criado o Secretariado Permanente, em 2024, um ano após a fundação do próprio Fórum de Macau, que ocorreu em outubro de 2003, com a sua sede permanente em Macau e com a presença dos delegados de todos os países participantes, à exceção do Brasil cuja função do delegado é acumulada pelo Cônsul-geral do Brasil em Hong-Kong e Macau. O Secretariado do Fórum de Macau tem estado a organizar atividades para promoção económica e comercial destinados aos empresários dos países participantes do Fórum de Macau para concretizar a diversificação económica de Macau.

Resultados e Desafios na Diversificação

Progressos:

- Redução da contribuição do jogo para o PIB (de 60% em

2019 para cerca de 40% em 2023, embora ainda dominante).

- Aumento do investimento em infraestruturas não-jogo (ex.: novos centros de conferências, hospitais especializados).
- Expansão do setor de serviços financeiros, com crescimento anual de cerca de 10% (2020-2023).

Desafios persistentes:

1. Dependência estrutural do jogo: Difícil alterar rapidamente um modelo económico consolidado.
2. Escala limitada: Pequena população (cerca de 680 mil) e território restrito dificultam a diversificação industrial.
3. Concorrência regional: Competição com Hong Kong (finanças) e outras cidades da Grande Baía (tecnologia).
4. Qualificação da força de trabalho: Necessidade de requalificação profissional para setores emergentes.

Perspetivas Futuras (2025-2030)

- Metas do governo: Alcançar uma economia mais equilibrada, com os setores não-jogo a contribuírem para 60% do PIB até 2030.



• Oportunidades chave:

- Desenvolvimento da economia digital (ex.: comércio eletrônico transfronteiriço).
- Turismo de saúde e bem-estar, aproveitando a medicina tradicional chinesa.
- Finanças islâmicas e gestão de ativos em RMB.
- Riscos: Flutuações do turismo global, tensões geopolíticas, e ritmo lento de diversificação.

Conclusão

Macau está numa fase crítica de transição económica, equilibrando a manutenção da vitalidade do setor do jogo com a criação de novos motores de crescimento. O sucesso dependerá da implementação eficaz das políticas de diversifica-

ção, do reforço da cooperação regional, e da capacidade de adaptação a tendências globais. A integração na Grande Baía e o papel único de plataforma com os Países de Língua Portuguesa são vantagens estratégicas que poderão transformar Macau numa economia mais resiliente e multifacetada.

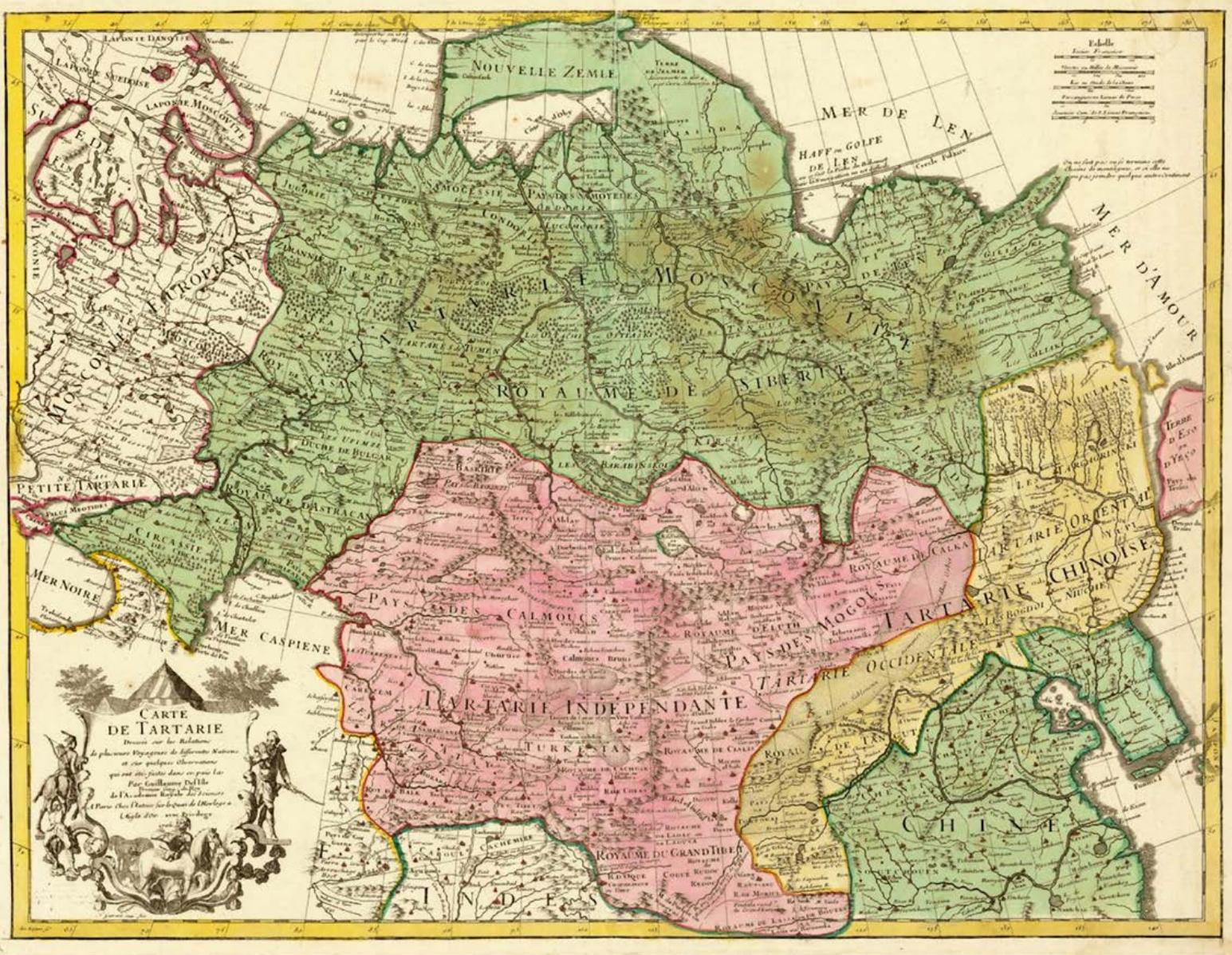
Com base nos dados mais recentes (geralmente referentes a 2023 ou estimativas para 2024), o PIB per capita de Macau, aproximadamente USD 80 000 a USD 90 000 (dependendo da flutuação, do setor, do jogo e do turismo) que é consistentemente classificado entre os mais altos do mundo, geralmente na segunda posição global e primeira na Ásia, dependendo da metodologia utilizada.

No entanto, o PIB per capita elevado em Macau não reflete necessariamente a distribuição equitativa da riqueza...



Rita Santos

Conselheira das Comunidades Portuguesas do Círculo da China



PASSAGENS

Félix da Rocha, lisboeta e jesuítia

O cartógrafo ignorado

Quando se fala em Expansão Portuguesa, invariavelmente se imaginam naus enfrentando vagas alterosas atiçadas por borrascas ou totalmente estagnadas nas calmarias da região equatorial. Mas o certo é que não raras vezes os navegadores abandonaram as embarcações para se aventurarem terra

adentro. A saga dos bandeirantes no Brasil e a exploração das massas continentais africanas ou os grandes espaços asiáticos submetidos ao Islão – império otomano, Irão safévida, Afeganistão, Índia do Grande Mogol – a imensa Tartária e o Tibete ou ainda a China continental, provam que os portu-

gueses não receavam afastar-se dos mares.

Esses destemidos pioneiros, no caso asiático, maioritariamente religiosos jesuítas, inauguraram uma nova era: a era da observação científica. Não obstante, as encyclopédias e os atlas da actualidade ignoram-os por completo. E por que será? Provavelmente por desconhecimento dos factos e/ou mero desprezo por uma nação à qual nunca foi reconhecida o seu real valor no palco da História.

Lamentavelmente continuamos a precisar que venham os investigadores estrangeiros lembrar-nos das nossas responsabilidades. Ainda não há muito tempo o investigador norte-americano Liam Matthew Brockery, a respeito da versão chinesa do seu livro “Journey to the East – The Jesuit Mission to China”, publicada pela Universidade de Macau, admitia que, no que respeita ao historial dos jesuítas na Ásia, “tem havido uma maneira de contar a história que beneficia os italianos, os franceses, os alemães”, alertando para a necessidade de estudar as fontes originais. Dizia Brockery que embora “não se possa negar que esses jesuítas também fizeram parte deste encontro entre o oriente e o ocidente”, importava recordar que “a esmagadora maioria dos seus pares eram missionários portugueses”. Resumindo e concluindo: “A história mais vasta é assente na presença portuguesa do Oriente”.

Entre os muitos desses injustiçados da história consta o eminente Félix da Rocha.

Nascido em Lisboa a 31 de Agosto de 1713, Rocha optou pela missão da China após oito anos de estudos – quatro de filosofia e quatro de teologia. Enfrentou os inúmeros mistérios do continente em 1735, após ter frequentado o seminário de

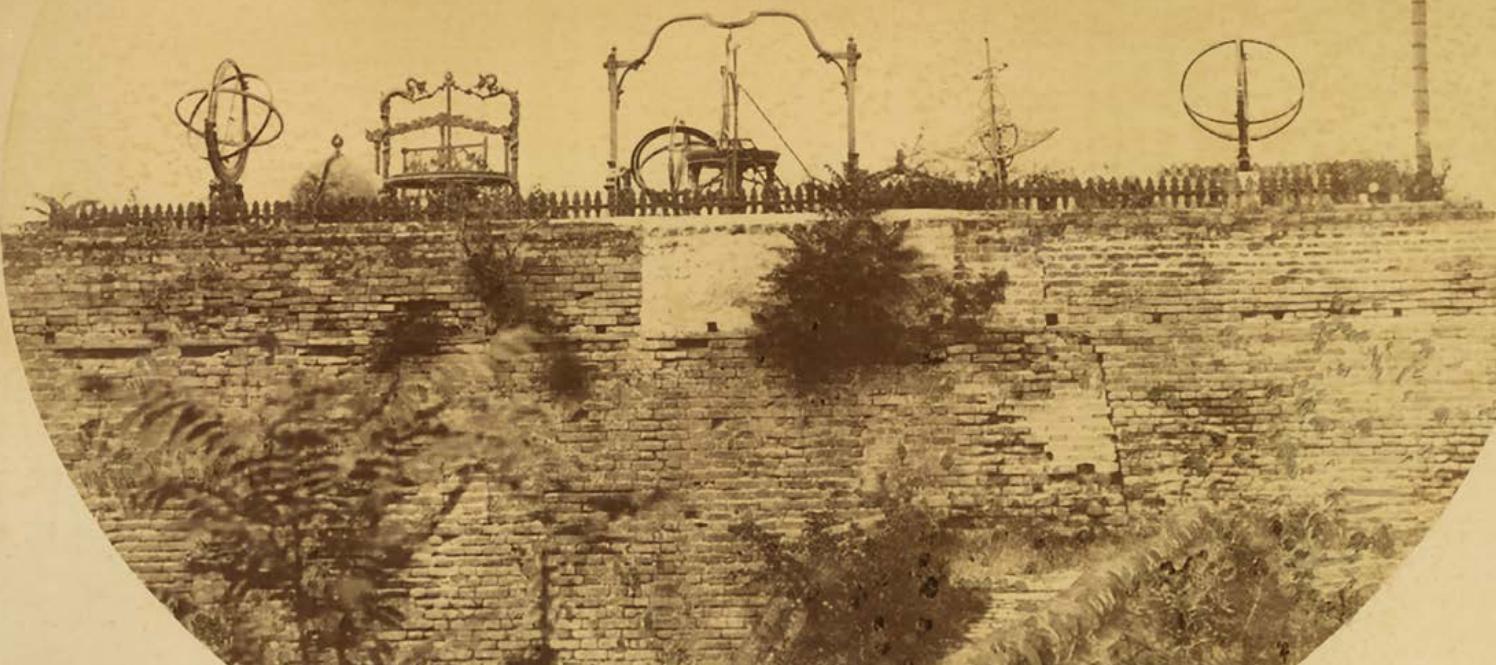
Macau, tendo ingressado posteriormente na corte de Pequim, em 1738, onde foi astrónomo. Cedo caiu nas boas graças do imperador que via nele um homem de muita ciência e virtude. O seu superior, Ignacio Koegler descreve-o como «um jovem de génio vivo e penetrante e ávido de saber».

Em 1753 é nomeado, pelo imperador Qialong (1736-1796), Assessor do Tribunal das Matemáticas. Após o falecimento do seu director, August von Hallerstein, passou a dirigir o Observatório Astronómico de Pequim. Na companhia do alemão viajou até ao país de Muran, nas proximidades da Coreia, pra traçar o mapa de toda essa região. Em 1755, como recompensa por ter mapeado as regiões do Turquestão e da Tartária – a Dzoungária – habitadas pelos elutos e torgutes, o imperador nomeia-o mandarim de segunda ordem. Para a execução desse trabalho ciclopico Félix da Rocha tinha contado com a preciosa colaboração do seu amigo, o padre Pedro Espinha. Desafiando perigos sem conta, ambos os jesuítas regressariam a essa inóspita região para terminar o trabalho: observar a latitude, deduzir a longitude, as curvas orográficas e as distâncias. Estiveram em Khami, Barkul, Turfan, Korle, Manas e muitos outros lugares. No total determinaram quarenta e três posições geográficas. Foram os dois primeiros europeus a percorrer tais paragens, desde que nela andara, século e meio antes, Bento de Góis na demanda do Cataio.

Por duas ocasiões, em 20 de Agosto de 1774 e em Março de 1777, Félix da Rocha seria enviado ao pequeno Tibete, Tibete Oriental, acabado de ser anexado ao império chinês, com o objectivo de traçar o mapa de toda aquela região. Ficaria assim identificado o país dos Miao-tse acabado de conquistar pelo imperador Qialong.



Imperador Qialong



Antigo Observatório Astronómico de Pequim

Os mapas de Félix da Rocha e de Pedro Espinha serviriam de base para os estudos e mapas sobre a Ásia Central, hoje mundialmente conhecidos, efectuados por Klaproth, Ritter e Alex de Humboldt. Também o Ephemerides (1776), de Maximiliano Hell, trouxeram a lume as observações astronómicas desses missionários. Estes personagens do mundo científico, acabariam por ficar com todos os louros dessas investigações, relegando para o esquecimento os pioneiros portugueses.

A propósito de tão grande injustiça, o jesuíta Cibot escrevia, em 1770, o seguinte: «Acabam de ser publicadas mapas e notícias sobre regiões recentemente conquistadas, sem que sejam mencionados os nomes dos nossos padres portugueses que, por ordem imperial, recolheram os dados e as coordenadas desses mesmos locais».

No ano de 1750, em carta enviada a D. Policarpo de Sousa, bispo de Pequim – que aportara a Macau, vindo de Portu-

gal, em 1726 –, Félix da Rocha desabafava assim: «eu sou o da Vice Província o mais velho na missão dos que se acham em Pequim, porque todos os padres que aqui achei, excepto sua Exa, já lá vão para outra vida e nenhum desde que cá estou, tem servido mais por neves, frios, perigos e consomições do que eu, mas como tudo é por Deus, só dele terei o prémio, como espero na Sua Divina Bondade...»

O padre Rocha ocupou o cargo de procurador da missão portuguesa em Pequim, e de vice provincial em 1754 – 1757 e de 1762 a 1766. A sua intervenção foi preponderante para que os prisioneiros portugueses em Nanquim – padres Araújo, Viegas, Pires, Dinis Ferreira e José da Silva – fossem libertados e pudessem regressar a Macau.

Resta acrescentar que o padre Rocha remeteu à prestigiadíssima Academia de São Petersburgo 64 tomos das obras escritas pelos jesuítas de Pequim, cidade onde, a 22 de Maio de 1781, faleceria. Faltavam dois meses para completar 68 anos.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador



ARÁBIA FELIX

A Herança Portuguesa no Sultanato de Omã

Viagem do autor



A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Celina da Piedade

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Música, compositora e investigadora, Celina da Piedade construiu um percurso profundamente enraizado no património musical português. Licenciada em Património Cultural e atualmente Mestranda em Etnomusicologia, é acordeonista e cantora, dedicando-se de forma ativa ao estudo, à formação e à divulgação do Cante Alentejano e do Movimento Folk em Portugal. Integra a equipa de investigação do INET-md (Instituto de Etnomusicologia – música e dança), é Presidente Honorária da Associação PédeXumbo e membro da direção da Cooperativa Cultural Chão Nosso. Enquanto criadora, desenvolve o projeto musical que assina com o seu nome — Celina da Piedade — já com quatro discos editados, e participa no coletivo Tais Quais. Desde 2000, colabora com Rodrigo Leão como compositora e integrante do seu ensemble. Soma mais de uma centena de participações discográficas com diversos artistas, além de contributos para bandas sonoras de cinema, teatro e dança.

O acordeão entrou na sua vida muito cedo. Lembra-se do momento em que percebeu que este seria “o seu” instrumento?

Antes de mais, agradeço muito o convite para esta conversa e mando um abraço a todos os leitores da Descendências Magazine!

O acordeão entrou tão cedo na minha vida que já não tenho memórias claras do momento certo em que tive a certeza que seria o meu instrumento, mas sei que isso aconteceu e continua a ser a minha vida! Os meus pais contavam que eu ainda não falava e já ficava muito emocionada sempre que ouvia alguém tocar. Aos três anos ofereceram-me um acordeão, aos cinco comecei a ter aulas e aos seis fiz a minha primeira apresentação ao vivo, no palco de uma festa em Castro Verde!

A sua ligação ao Alentejo é profunda e constante. Como é que essa paisagem humana e sonora molda a sua identidade artística?

O Alentejo é a minha terra-mãe, é onde tenho grande parte das minhas raízes e onde tenho criado ao largo da vida novos laços que sei serem

inquebráveis! É o meu ponto de partida para o mundo e sempre o do regresso a casa.

Foi na música do Alentejo que encontrei a minha voz e na cultura desta terra uma missão. Tem marcado profundamente o meu trabalho como música, como investigadora e a minha identidade, embora os meus horizontes procurem sempre ir mais além, abranger sempre toda a diversidade e riqueza artística que me for possível!

Tem colaborado com muitos artistas e projetos diferentes. O que procura numa colaboração para que ela faça sentido?

Eu sou uma pessoa de afetos e gosto de me guiar pelo meu instinto! Seria para mim muito difícil colaborar com alguém de quem não gostasse de verdade, muito para além das questões artísticas ou de estéticas musicais! Ou seja, para mim é sobretudo importante que aqueles com quem faço parcerias sejam boas pessoas, partilhem dos mesmo valores humanos que eu. É algo que já vem de casa, venho de uma família que ensinou o valor da empatia, da partilha, da generosidade. E revalidei esta minha maneira de ser ao lado de artistas que também têm este espírito, nomea-

damente de Rodrigo Leão, com quem já toco há 25 anos, e que me ensinou que mais do que colegas de estúdio e de palco, temos de ser amigos e cultivar essas amizades com carinho, respeito e verdadeiro amor. Só assim vale a pena fazer arte!

Como compositora, tem uma escrita muito visual e emocional. Como é que normalmente nasce uma canção sua?

Não tenho nenhum método em particular e não posso dizer que componha com muita frequência. Geralmente a ideia

de criar algo nasce primeiro, ou seja, tenho uma semiente e vou à procura da melhor forma de a fazer vingar! Mas acontece também estar só a brincar com as melodias e de repente começa a emergir algo concreto, a assomar-se uma música, um tema instrumental ou até mesmo uma canção. Quanto às letras que escrevo, têm quase sempre um carácter confessional, e penso que as uso como catarse, uma espécie de terapia – e curiosamente é também esse o tipo de canções que mais gosto de ouvir, já para não falar da literatura – gosto de ler livros de memórias, diários, histórias contadas na primeira pessoa...



O cante alentejano é Património da Humanidade. Como vive a responsabilidade de o integrar e reinterpretar no seu trabalho?

Quando comecei a trabalhar mais a sério com o Cancioneiro Alentejano, no ano 2000 (com o projeto “Modas à Margem do Tempo”, em Évora), ainda estávamos a catorze anos de saber que o Cante integraria a lista do Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. Tem sido um caminho muito curioso e interessante, porque muita coisa mudou, entretanto, quer na dinâmica de quem faz o Cante, quer na forma como os alentejanos – e o público em geral – olham para esta prática musical, e quer na forma como as entidades públicas e privadas lidam com ele. A minha posição acaba por ser ainda mais delicada por ser mulher num meio que, pelo menos em termos artísticos, continua a ser esmagadoramente dominado por homens. E apesar dos Grupos Corais Femininos serem uma realidade desde 1979, e estarem num momento de grande vitalidade, para fora do Alentejo continua a ser vertida uma imagem muito masculina do Cante, algo que tento inverter sempre que tenho oportunidade!

O palco é um espaço muito seu. O que mais a transforma quando está a atuar ao vivo?

É sem dúvida o público! É muito importante comunicar com quem está na plateia, criar um laço, que espero que depois perdure quando quem me ouviu volta para casa, para a sua vida real. No palco entrego a minha música mas também entrego quem sou, é um momento de verdadeiro encontro com quem ali está, não concebo fazer um espetáculo sem haver espaço para essa entrega, essa troca. É ali que percebo normalmente que vale a pena continuar a fazer música! Leio-o nos sorrisos, nas vozes que cantam comigo, nos rostos emocionados... e fico de alma cheia! Tenho também a sorte de ter músicos a acompanhar-me que partilham desta minha maneira de estar na música, que também dão tudo de si em palco, e que tornam tudo muito mais bonito e perfeito.

Tem um percurso ligado também à investigação e recolha musical. Que descobertas a marcaram mais nesse processo?

Trabalhar com música tradicional em vertentes muito diferentes – desde a matriz rural ao folk rock, passando pelas mais diversas experiências criativas e também sociais – trouxe-me a curiosidade de tentar perceber o que atrai gente tão diversa a estas práticas, em pleno século XXI. Porque não basta só saber que música se fazia no passado, interessa também saber o que faremos com ela agora, o que é necessário para a





sua salvaguarda, para que não caia no esquecimento voraz destes tempos, e também como podemos mostrá-la ao mundo. Tentar resgatar temas “em vias de extinção” e transformá-los à minha maneira tem sido uma das minhas principais missões como música, e tem sido tão gratificante, uma via tão feliz, que só tenho a agradecer pela existência destes cantores!

Como é que o acordeão continua a desafiá-la depois de tantos anos de prática e dedicação?

O acordeão é desde sempre a minha companhia, uma extensão de mim própria, e tenho com ele uma relação muito sadia. Não brigamos, não ficamos um contra o

outro. Um dos motivos pelo qual decidi passar a tocar acordeões mais pequenos e leves foi esse mesmo: não queria sentir que o meu instrumento me maltratava com o seu peso, que me dificultava a vida – que eu queria agitada e livre! Tive a sorte de encontrar os acordeões da Saltarelle (fábrica francesa, situada em Chenove), que têm uma sonoridade magnífica e que têm uma gama que são os peso-pluma dos cromáticos, e desde 2000 que só me dão alegrias e um som que passou a ser só meu!

Ainda assim, talvez o maior desafio que encontro na minha vida como música seja o da composição, da criação de algo novo a partir do zero, e como o faço sempre ao acordeão, é com ele que converso e chego ao que procuro.



Pode-nos revelar alguns dos seus projetos para 2026?

Para 2026 tenho o plano de gravar o meu próximo disco e lançar alguns singles para o ir dando a conhecer! Irei com certeza também continuar a levar a cabo projetos nos quais tenho investido muito, na área da salvaguarda e divulgação do Cante Alentejano: as Rodas de Cante, oficinas, encontros para cantar em comunidade, palestras, ensaios com Grupos Corais...

E claro, espero tocar muito ao vivo, por Portugal e fora dele também! Tenho tido a oportunidade de conhecer algumas comunidades de emigrantes portugueses pelo mundo e é sempre muito emocionante perceber como valorizam e sabem apreciar a sua cultura de origem. É um gesto de resis-

tência e de puro amor que vale muito! Como costumo dizer... convidem-me, que eu vou!

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Num mundo tão fragmentado e polarizado como aquele em que vivemos atualmente, a Arte tem de desempenhar um papel conciliador, de criar conexões, promover o entendimento e o diálogo, e acima de tudo, fomentar a Paz. Há uma frase que diz “Sem arte morre-se de realidade”... Quem cria – e também quem interpreta essas criações – deve tomar consciência que o seu contributo é essencial para o equilíbrio do mundo, para aliviar o peso da existência e para criar pontes onde antes só existiam muros e abismos. Sejamos essa força!

| AMBIENTE

Obrigado pelos 110 milhões de euros

No Barroso, o tempo avança, lento, entre silêncios e resistência, sob o aroma da terra molhada e do feno guardado no palheiro. Por cá, nunca houve ministérios, mas sempre houve bom senso. Nunca se chamou estratégia ao disparate, nem se chamou progresso ao que deixava a terra pior do que estava. Por cá, sempre se soube contar o dinheiro. Não porque houvesse muito, mas porque fazia falta. Um saco de centeio dava para o inverno inteiro se fosse bem repartido; uma broa de pão centeio para a semana toda. De igual modo, um lameiro mal tratado poderia ser sinónimo de fome no ano seguinte. Aqui, nunca se gastou sem se saber o preço das coisas.

Por isso custa explicar aos mais velhos, e até aos mais novos, que resistem em ficar, que o Estado português resolveu dar cento e dez milhões de euros a uma empresa privada para abrir uma mina que vai desfazer a terra onde eles aprenderam a viver e da qual retiram o sustento. Dar é a palavra certa. Convém dizer assim, sem floreados, porque no interior sempre se falou claro. O resto são palavras, e essas, leva-as o vento. Não é fácil explicar, porque não há explicação que resista ao frio cortante da serra agreste. Chamam-lhe apoio estratégico à transição energética. Em Barroso, o povo chamar-lhe-ia outra coisa. Mas aqui ainda há pudor.

É a transição, dizem. Sempre a transição. Mas quem transita? E, para onde? E, quem fica? Como fica?



Cento e dez milhões de euros.

Dinheiro que transita directamente dos cofres públicos (vulgo, dinheiro dos contribuintes), para os bolsos particulares de uma empresa privada, estrangeira e extra-comunitária. Dinheiro esse que vai financiar a destruição da região de Barroso, sem apelo, nem agravo. Quantos mais milhões serão necessários para a destruir completamente? Já fizeram as contas? Ora vamos lá pensar: cento e dez milhões para a Mina do Barroso. Quantos mais para a Mina do Romano? E para a Mina da Borralha? E para a Mina do Alto das Forcadas? E para tantas outras a proliferar na região? Quantos mais milhões de euros!?

Cento e dez milhões de euros.

Uma soma astronómica de dinheiro proveniente de um Estado que não encontra verbas suficientes para manter as



escolas a funcionar convenientemente, que não fixa médicos no interior, que não investe na segurança, que não apoia devidamente a agricultura familiar, que reduz e retira serviços públicos, que não constrói estradas dignas, que nãosegura gente, que falha no apoio às crianças e aos mais idosos, que fala de coesão territorial como quem recita um provérbio gasto. Mas isso, caros leitores, não se iludam, isso são ideias impregnadas de romantismo, próprias de quem não percebe nada de lítio, nem de investimentos estratégicos, nem de futuro elétrico. O Estado sim, percebe isso muito bem, daí que, de repente, destinou cento e dez milhões de euros para financiar a devastação de um território único, através de uma decisão tomada longe, muito longe, da realidade local.

Dirão ser um facto consumado. Inevitável. Inevitável como foi inevitável o êxodo migratório. Inevitável como foram inevitáveis as barragens que afogaram aldeias e alagaram os

campos mais produtivos, as eólicas e linhas de alta tensão a recortar o topo dos montes, os incêndios tratados como fatalidades sazonais. Mas, não. Não sejamos ingénuos. Nada é inevitável quando há escolha. E aqui houve escolha, clara e assumida.

Cento e dez milhões de euros.

E depois admiram-se da revolta. Chamam-lhe radicalismo. Chamam-lhe atraso.

Todavia, essa revolta, esse radicalismo, esse atraso, mais não é que uma recusa convicta e informada em aceitar que o futuro risonho de alguns tenha de ser uma ferida aberta no peito de outros. E quando um Estado começa a financiar a ideia de que alguns territórios são descartáveis e sacrificáveis, não está apenas a destruir a paisagem, está a minar o próprio contrato social e a confiança dos cidadãos no próprio Estado de direito democrático.



A Savannah vem de fora, e como todas as empresas que vêm de fora, leva mais do que traz. É sempre mais fácil “investir” onde não se vive, sobretudo quando se trata de minas a céu aberto. O Governo, esse, voluntarioso, vai à frente, de carteira aberta e candeia acesa, a abrir caminho.

Cento e dez milhões de euros.

Dizem que é para contribuir para algo a que chamam de transição energética. Caros leitores, um incêndio também é uma transição energética: transforma uma floresta em cinza. Também dizem ser um investimento estratégico. Estratégico para quem? Para a Europa que precisa de lítio ou para a empresa que precisa de lucro? A estratégia de investimento, por estas bandas, sempre foi outra coisa e não passa por aí.

A região de Barroso que sobreviveu às invasões francesas de Soult, à ditadura de Salazar, à emigração dos anos 60, aos incêndios, ao abandono por parte do poder central e às constantes promessas nunca cumpridas, irá agora sucumbir, ironicamente, ao “progresso sustentável”, à transição energética financiada a cem por cento com boas intenções e

dinheiro público? A verdade é que, o Barroso só chegou inteiro até aqui, como região protegida, onde se enquadra boa parte do Parque Nacional Peneda-Gerês, e classificada como Património Agrícola Mundial e Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, porque sempre foi uma terra isolada, pobre e esquecida, longe dos grandes projectos de desenvolvimento. Foi esse “atraso” que o salvou. Agora vem o “progresso” corrigir esse “atraso”. E nós, vamos deixar que isso aconteça? Pensem nisso.

Um dia, quando a terra estiver esgotada, a mina fechará do mesmo modo que fecharam todas as outras, no Barroso, no país e no mundo, e ficará o que fica sempre. E aí, alguém perguntará o que ganhou o Barroso com tudo isto. A resposta, essa, será curta e envergonhada, pois aqui, sempre se falou pouco, mas sempre se disse tudo. E, cento e dez milhões de euros depois, o que ganhou o país? Haja alguém que se atreva a responder com seriedade. Mas não sejamos ingratos: o “progresso” passou por aqui.

Obrigado pelos 110 milhões de euros!



Vítor Afonso
Mestre em TIC

| LUSO - CRIANÇA

Para que serve a política?

Hoje venho, aqui, escrever-vos de um tema que certamente tem ouvido muito falar.

Mas será que aquilo que estão a ouvir é a verdade dos factos?

Hoje em dia, sabes que com os vídeos do TikTok e as notícias falsas que essa rede e outras promovem por vezes é difícil percebemos de imediato o que é verdadeiro e o que é falso. O que fazer para contrariar essa situação?

Dedicarmo-nos a procurar a verdade dos factos – isso é essencial. Não podemos acreditar que é verdade tudo aquilo que vemos e ouvimos nas redes sociais. Devemos, sim, procurar informarmo-nos com o conhecimento real e factual das coisas. E é, também, fundamental conhecermos a História, que é o que nos vai fazer compreender o passado, para melhor saber como agir no presente e preparar para enfrentar o futuro.

E, então eu pergunto-vos: vocês sabem o que é a política?

A etimologia da palavra vem do grego politiké, que significa “a arte de governar” a cidade – pólis”.

Todos nós, todos os dias, somos governados por leis que devemos cumprir, pois vivemos em sociedade.

Mas quem faz essas leis?

É aqui que entra a política que serve para organizar, direcionar e administrar a cidade – pólis – para que todos possamos viver e conviver com harmonia, claro que com deveres a cumprir e também com direitos.

Sabemos, hoje, que Portugal é uma democracia.

O que significa democracia?

A palavra vem dos termos dêmos: pessoas comuns e kratos: poder.

Significa que o poder de decisão é compartilhado por todos os cidadãos, o que acaba por ser mais justo porque, assim, todos podem participar das decisões comuns sem estar a ter em conta o género, o estatuto socioeconómico, a cor ou a profissão. Todos têm o poder de decidir.

Mas nem sempre foi assim em Portugal (e noutras países). Portugal viveu sobre ditadura durante 48 anos, desde 1926 até 1974. A ditadura é o oposto da democracia. Significa que o governo é regido por uma única pessoa/entidade política e que as pessoas comuns não têm o direito de participar, nem liberdade de expressão, nem liberdade de imprensa, entre outras coisas más que a ditadura acarreta.

Vocês sabiam que no tempo da ditadura não podíamos dizer nem escrever o que pensávamos? Não tínhamos direito de expressar a nossa opinião e se o fizéssemos poderíamos ser presos e torturados e até mesmo mortos. Vocês sabiam que no tempo da ditadura as mulheres não podiam decidir nada sozinhas sem terem a autorização do marido ou do pai?

É por isso que é extremamente importante nós conhecermos a nossa História e conhecer verdadeiramente os factos das coisas, para podermos ter pensamento crítico e reflexivo e decidirmos pela nossa cabeça, no sentido de escolher aquilo que será melhor para todos no futuro.



Sara Nogueira

Mediadora de Leitura/Autora do projeto Literanto

| TRADIÇÕES LUSAS

Acompanhamentos, saladas e molhos

Parte I



Por terras transmontanas sempre se utilizaram muitas hortaliças

os legumes acabados de apanhar, granados e depois de secos, que facilmente se transformavam em prato principal desde que acompanhados por uma alheira ou um azedo, um pouco de carne de porco entremeada ou um chouriço assado, umas lascas demolhadas de bacalhau ou apenas ovos cozidos (...). A horta na cortinha à beira de casa e os hortejos familiares em qualquer nesga de terra eram a garantia de subsistência, bastava que para tal houvesse a disponibilidade de um nadinho de água estival, uma enxada e um sacholo para os

amanhos, e de lá vinha quase tudo: tronchudas e couves de poda, pencas natalícias e galegas de todo o ano, espigas delas e lúparos velhos, batatas do cedo e tardegas, nabos e nabinhos

quanto a nabos, fico-me de gosto pelas nabadas valpacenses: depois de cozidas as fatias do nabo, apenas em água e sal, vão à sertã em cima de rodelas de cebola com salsa picada. Porque... “caldo de nabo escalda o diabo”...

nabiças para as papas laberças da minha infância, gre-



los do advento, rábas, rabões e rabiças, acelgas [Prós lados de Vila Real fazem um esparregado destas brássicas meias chinesas que entenderam denominar de esparregado do bispo. Nos termos de Bragança dão-lhe outro uso: chá para a prisão de ventre.], favas e favonas [Além das favas de vinho, branco e fino, grãos amanteigados, bragançanas, apetecíveis pelo colorido da confecção, admito a familiaridade das vagens destas ainda favecas, primeiro guisadas, depois enfarinhadas, a seguir salteadas em azeite e ligeiramente avinagradas.], grabanços e outras graduras de verão, cachudos verdes, feijões de vagem para qualquer acompanhamento e de seco para as palhadas, tomates de cru e pimentos para a conserva em cozedura no vinagre, pepinos que também davam para acamar peixes no forno, beldros sopeiros e beldroegas saladeiras, abóboras para os doces da casa, calondros e cabaçotes prós guisotes, melões e melancias tamanhouças e de tantas merendas, as cebolas e os alhos dos refogados, as malaguetas dos molhos e condimentos picantes... mais umas ervas para os temperos e curas maleitosas. Até a imprescindível abeberreira, bem lá no fundo da horta e ao lado da nora, fazia sempre um pouco de sombra para os intervalos da rega e peguilhos de fim de tarde. Também não faltavam, a ladear o quintal, as latadas de uvas de mesa ou para passotas, as pavias de consumo em fresco e após secagem ao sol, os pericos inverneiros e os malápios de verão... As sobras e as frutas afervadas iam para as viandas e sustento dos animais de criação caseira. Ter

uma leira de terra, própria ou de empréstimo, era o prenúncio de que nunca e nada faltaria à mesa.

Como consequência dos Tratados de Tordesilhas e Saragoça, aceita-se o decorrer do ano de 1760 como o ano económico de introdução da cultura agronómica da batata em Portugal. Trinta e sete anos depois, D. Thereza Luiza de Souza Maciel, mãe do empresário Visconde de Vilarinho de S. Romão, receberia um prémio de excelência como produtora de batata. E no ano seguinte — já a batata se assumia como produto-reserva alimentar de uma boa parte do continente europeu influenciado pelos trabalhos de Antoine-Augustin Parmentier — D. Maria I promove e incentiva o seu cultivo.

A batata...

outro acompanhamento indispensável nas mesas transmontanas a partir do início do séc. XIX ... fez-se e continua a fazer-se salteada, frita, em tortilhas, cozida, assada, atunada, a murro, à matroca, em banha, baqueadas, bêbadas, namoradeiras, empoladas, constipadas, de roda com molho de tomate, em farripas, ou de luto quando adornadas com pasta de azeitonas pretas... Mesmo quando é de assadura simples não prescinde de um bom borriço de azeite cru ou, então, para fazer aquele molho fidalgo de envolvimento aos borregos e cabritos mamões saídos do forno — molho de forno... depois de esmagar as batatas cozidas junte-lhe os dentes de



alho picados, bata lentamente com bastante azeite e de seguida acrescente vinagre de vinho branco, sal e pimenta.

Cozidas em água e sal, escachadas, partidas ao meio a seguir refogadas em azeite, alho pisado, tomate bem maduro, salpicadas com salsa miudinha e adornadas com folhas de hortelã de cultivo, são outra referência familiar das margens do Douro Superior com a nomeada de batatas da horta; enquanto as batatas reboladas — cozidas, cortadas aos quartos, refogadas em azeite, dentes de alho e colorau doce e temperadas de sal e vinagre de vinho tinto — eram uma prática corriqueira das terras transmontanas mais a nordeste.

Grelhos-grelhos são os nabiçeiros!

Os outros, os das couveiras, são espigas e os das ceboleiras eram as antigas porretas. Nenhum deles escapa ao apetite dos transmontanos, mas os verdadeiros grelos ainda são os reais emissários de paz dos foragidos com a região que os viu nascer. Amanhá-los, também é fácil e rápido. Muito simples. Não muitos volteios a dar-lhe, apenas uma simples cozedura, um pouco de azeite à fervura e bem mais no prato. De acompanhamento de preferência: três ou quatro cachas de batatas brancas e um azedo cozido à parte (...). Quanto a esta receita moncorvense, de alguns esquisitos que se afligem com o amargor do grelame, grelos salteados, é uma das poucas exceções à simplicidade da confecção mais generalizada.

Arranje um bom mólho de grelos acabados de cortar, migan-do grosseiramente todos os talos que ainda sejam tenros, e leve-os a cozer em água abundante com um nadinha de sal. [A panela tem que estar destapada para que no fim da cozedura fiquem verdinhos.] Entretanto, num tacho de fundo bem azeitado, aloire os dentes de alho partidos ao meio e retire-os antes que torrem. Agora, e depois de bem escorridos, junte-os ao estrugido de azeite. [Atenção: o lume deve estar brando para que os grelos tomem o gosto do azeite e não devem passar por este salteado mais de um quarto de hora.] Por fim, antes de servir, acrescente uma malga cheia de pão duro esfarelado e uma colherada de vinagre de vinho branco; rectifique de sal e azeite a gosto, ficando tudo em lume brando por mais uns minutos, mexendo sempre.

A cebola nas nossas cozinhas

raramente ultrapassa o fundo do tacho e a compostura dos refogados - onde é personagem indispensável, - a sopa e os caldos, as lagaradas de polvo e bacalhau, ou o mero enfeite de alguns assados. Diga-se, no entanto, que em tempos a cebola crua já constituiu um bom peguilho matinal e um apetecido mordico merendeiro, com pão e azeitonas ou emersa numa malga de vinho tinto. Desta forma, em cebolas passeiras ou fritas com ovos, só no atrevimento das mulheres de virtude lamecenses quando as recomendavam aos casais mais envelhecidos numa refeição de pão regueifa, carne de vitela em molho amendoadão e compota de figos brancos ou listados, para que estes conseguissem coitos estimulantes.

Comidas de matrafona!, dizia-se por lá.

Fica, então, mais uma curiosidade de outras cozinhas...

Descasque as ditas cebolas, de preferência algo queimadas, corte-as às rodelas e aloire-as em azeite durante não muito tempo. De seguida, regue com vinho branco e polvilhe-as de açúcar amarelo, juntando-lhe uvas e figos passôtos, sal e pimenta preta moída. Devem ficar em lume brando cerca de meia hora, até que o molho se evapore quase totalmente, enquanto a mulher-esposa reza a Santa Helena e o homem -marido a São Lourenço.

Ervilhas!

Estes inocentes legumes infantilizados no conto «A Princesa e a Ervilha», de Hans Christian Andersen, não fazem lá muito o meu gosto. Todavia, admiro as suas qualidades nutritivas e ainda mais os seus atributos históricos (...). Entraram na rotina alimentar palaciana europeia apenas no tempo do Rei-Sol, quando impôs a sua visão da etiqueta da vida cortesã aos seus pares, escolhendo a ervilha fresca como uma das verduras a considerar sempre à mesa. Mais tarde, aí por meados do séc. XIX, o monge austríaco e botânico Gregor Mendel, ao utilizá-las nas suas experiências de melhoramento de plantas, elevou-as a legumes de pedestal botânico-agronómico. Por cá, mesmo com estes heroísmos e predicados, entre outras receitas, relembro apenas as vulgarizadas ervilhas tortas, ervilhoto guisado com costeletas de cordeiro, como se faz em Mogadouro e Vimioso, e a minha preferência de umas ervilhas espertas...

Os proteicos legumes são enfiados, na companhia de um ramo de salsa e outro de hortelã fresca, num refogado de azeite, cebola às rodelas e alho picado, com um avinhado branco açucarado. No fim escalfa-se um ovo por mandicante.

Além das plantas de cultivo horteleiro, saladeiras ou não associadas ao auto-consumo das famílias e ao sustento das populações locais, existe ainda um cardápio de plantas bravias ou aculturadas que integram, também elas, a riqueza gastro-alimentar da região. Estas plantas, vulgarmente usadas como medicinais, aromáticas e condimentares — das abominadas malvas (*Malva neglecta* Wallr.) e das pulgueiras diabelhas (*Plantago coronopus* L.) às gelatinosas pútegas (*Cytinus hypocistis* L. ssp *macranthus* Wettst.) — são um dos principais ingredientes para as ditas saladas que acompanham tantos dos nossos pratos regionais. E acrescento esta ligeirice acerca da origem da palavra salada: é muito provável que a palavra salada provenha do latim, referindo-se a um preparado alimentar em que o único elemento extra era o sal; todavia, agrada-me mais a teoria do meu amigo Roger Teixeira Lopes que a remete para origens árabes, significando a mulher jovem e bela que servia determinado comer muito delicado — a “salada”. O que é certo, pelo menos para os transmontano-durienses, é que não há salada que não seja regada, esborrifada, alagada por vezes, de azeite, prestando-se sempre como acompanhamento aos comeres de substância!





Anoto alguns exemplos

Azedão ou salada de azedas...

Coloque as folhas das azedas [Rumex induratus Boiss. et Reuter], lavadiças, numa terrina saladeira; tempere-as apenas com cebola cortada às rodelas finas, sal grosso e azeite fino. Para cortar a vinagreira, é de aproveitar regaladas memórias populares: esfarele miolo de pão ou batatas cozidas, misture bem e bote-lhe um pouco de mais azeite. Com exceção das zonas de montanha e vales sub-montanos, fazem-se um pouco por toda a região.

Ervada dos agueiros...

Numa saladeira arrume as folhas arramadas de um molho de agriões apanhados antes da floração, os raminhos das merujes, ambos bem enxambrados, e tempere com cebola cortada às rodelas, laranja fatiada finamente, azeite do ano, vinagre de vinho tinto e sal granulado. Trata-se de uma salada de época restrita e de denominação arredada do nosso dia-a-dia, um pouco mais armada que a sendinse salada do regago (ou de regaho). Faz-se por todo o Planalto Mirandês e Terra Quente Transmontana, como salada de agriões e merujes, com ou sem as fatias de laranja.

Salada de beldroegas...

Se for tempo delas, lave bem as folhas carnudas e aqueles pequenos olhos do topo dos seus raminhos; em seguida, escorra tudo muito bem e tempere com sal de sentir no dente, cebola picada, sumo de limão e muito azeite. E sabe-se lá porquê, mas só os durienses mais raianos e achegados ao rio vinhateiro é que se atreviam a utilizá-las para consumo próprio.

Salada de fiolho...

Num frasco de tampa hermética faça um molho de azeite com sumo de laranja, mostarda de preparo caseiro, sementes de fiolho, sal e pimenta preta moída. Agite bem e deixe a repousar durante meia hora. Numa saladeira disponha as folhas de alface e agriões de cultivo e espalhe por cima uns raminhos de fiolho. Volte a agitar o molho azeitado e regue, com ele, a salada antes de servir. «(...). Olha! – dizia-me a Ti Isaura Borrego – Se levar uma guindilha puxadinha no molho, é coisa de franduneira para arrebitar matrona velha.»

Salada de maçãs e agriões...

Corte duas maçãs vermelhas tardias em pequenas lâminas, depois de limpas de sementes, e boriffe-as com algumas gotas de limão. Numa terrina disponha uns cubos de lombo de porco, previamente assado e cortado em cubinhos, as folhas de um molho de agriões, os quartos de quatro rabanetes e as



lâminas de maçã. Num frasco de vidro faça um molho que fique bem ligado de azeite com mel, sal, vinagre de vinho branco e pimenta preta moída na altura. Deite o molho na saladeira e misture tudo, temperando com um pouco mais de vinagre e azeite. Na opinião de Eduardo Rocha, Leomil, também era denominada por salada rica ou prato de salada fidalga, em algumas casas da Beira Transmontana, quando as cozinheiras a temperavam com aquele molho melado.

Salada de nozes fritas...

Frite em azeite uma mão cheia de miolo de nozes; retire-as, escorra-as e deixe-as arrefecer; entretanto, descasque três maçãs, corte-as em pequenos cubos e borrife-as com sumo de limão; faça também alguns cubinhos de queijo curado e misture-os com folhas de agriões, bem lavadas e bem secas, para juntar às nozes fritas e aos cubos de maçã; num frasco de vidro, coloque umas colheres de sopa de azeite e o sumo de um limão, sal e pimenta preta moída; agite até obter um molho bem ligado e deite-o sobre a salada. É uma salada de fim de inverno, de aproveitamento da

guarda das últimas maçãs - tipo maçã-marmela», feita por algumas famílias da Beira-Douro.

O escabeche

de reminiscências nas heróicas estórias de Xerazade das Mil e uma Noites, é basicamente “um molho azeitado e bem avinagrado, poucos alhos e bastante cebola, louro e colorau”, que ganha particularidades locais e familiares através da condimentação. Fora as vulgares saladas, que ainda o vão dispensando, serve e dá para tudo que se possa comer: do cogumelo à perdiz, das azeitonas aos peixes do rio. Actualmente é mais uma forma de cozinar do que conservar.

Se um dia a Dona Adozinda Marcelino do saudoso Real Feitoria [Bragança] regressar às lides da restauração, espero bem que sim, exijam-lhe um concerto das recolhas dos seus escabeches, a começar nuns frutos mal-cozinhados e a findar num bis de passarada...



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrônomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Tabagismo e Cessação Tabágica



O tabagismo é um grave problema de saúde pública, responsável por elevada morbilidade e mortalidade, sendo a principal causa evitável de doença e de morte prematura. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o consumo do tabaco é uma epidemia global e matará mais de 8 milhões de pessoas por ano até 2030. Ao longo do século XXI o consumo do tabaco poderá matar até mil milhões de pessoas, a não ser que sejam tomadas medidas urgentes de prevenção, de tratamento e medidas legislativas para travar o consumo a par de medidas reguladoras da indús-

tria do tabaco. Fumar afeta praticamente todo o organismo humano, com destaque para o cancro, doenças respiratórias crónicas e doenças cérebro-cardiovasculares pelo que os fumadores vivem em média menos dez anos do que os não fumadores. É crucial alertar para qualquer meio de consumo de nicotina, seja através de cigarros convencionais, de enrolar, eletrónicos, cigarrilhas, charutos ou cachimbos como extremamente nocivo para a saúde. “A única forma segura de fumar é não fumar” foi o mote de uma das campanhas da Comissão de Tabagismo da So-



ciedade Portuguesa de Pneumologia. Para um fumador a cessação tabágica é a única forma de evitar os malefícios do tabagismo. A dependência do tabaco é considerada uma doença crónica, estando em causa mais de 4 mil substâncias diferentes, e assim, as consultas para deixar de fumar são multidisciplinares e associam o aconselhamento ao apoio comportamental e psicológico, com o tratamento farmacológico.

Ainda que as propriedades psico aditivas da nicotina tornem a cessação difícil, mas possível e em qualquer que seja a idade do fumador, é de realçar o facto de haver sempre vários

benefícios imediatos e substanciais para a saúde, sendo tanto maiores quanto mais cedo for tomada a decisão. Nunca é tarde para deixar de fumar! Os benefícios de deixar de fumar começam 20 minutos após o último consumo de tabaco, 10 anos depois o risco de cancro do pulmão é igual ao de um não fumador e 15 anos depois o risco de doença cardiovascular é também igual ao de um não fumador, enquanto que as consequências mais graves podem só se manifestar 20 a 30 anos depois do início do consumo de tabaco.

A prevenção do tabagismo é fundamental em todos os grupos etários e

deve começar nas crianças. O tabagismo passivo tem que ser reconhecido como elemento importante na prevenção, uma vez que a magnitude da poluição a que ficam sujeitos os fumadores passivos, tem repercussões nocivas, particularmente, respiratórias e cardiovasculares e de risco significativo para o cancro do pulmão. Particular atenção deve ser dada à exposição de bebés e de crianças ao fumo ambiental do tabaco em casa ou no carro, que apresentam prevalências muito preocupantes.

É muito desafiante reduzir a prevalência do consumo de tabaco. Para tal, é necessário investir em várias



vertentes com a implementação de medidas concretas nomeadamente de limitação do acesso aos produtos de tabaco e aos novos produtos com nicotina, aos cigarros eletrónicos, aumentar impostos sobre o tabaco, promover campanhas de consciencialização sobre os malefícios do tabaco, proporcionar e aumentar o acesso a consultas de cessação tabágica com apoio farmacológico, de forma significativa e impactante no tabagismo.

Se as consequências do tabagismo na saúde pública são bem conhecidas, o mesmo não podemos dizer sobre as consequências ambientais pelas quais a indústria do tabaco é responsável, mas que ainda não são tão conhecidas. Os produtos do tabaco são causadores, ao longo de todo o seu ciclo de vida, de degradação ambiental, do envenenamento da água, do ar e do solo com produtos químicos e contaminação de microplásticos, factos estes muitas ve-

zes minimizados, manipulados ou mesmo ignorados. O consumo de tabaco não é muitas vezes percecionado pela população em geral, como um grave fator de risco para a saúde, pelo que é fundamental campanhas públicas inovadoras de informação, de prevenção e de controlo do tabagismo.

O dia 31 de maio foi definido pela OMS, em 1987, como o Dia Mundial Sem Tabaco e por resolução do Conselho de Ministros em Portugal, o dia 17 de novembro como o Dia Nacional do Não Fumador. Assinalemos estes dias, reforçando a importância da prevenção e do abandono do consumo e com particular foco a proteção das crianças.

Se não fuma, escolha uma vida saudável e não comece a fumar!

Se fuma, aceite o desafio e deixe de fumar!

O tabagismo é tratável!



Eduarda Oliveira
Curadora do projeto expositivo Obras de Capa

Obras de Capa

7 anos

A promover arte, artistas, escritores e a língua portuguesa



Carlos Farinha
Ismaël Sequeira
Erika Jâmece
Sónia Aniceto
João Timane
Marcelo Panguana
Cristina Troufa
Pedro Almeida Maia
Michael de Brito
Marina Carreira



| FUNDAÇÃO AEP

Diplomacia Económica e a Diáspora Portuguesa

Uma Ponte Estratégica para o Investimento Nacional

A diáspora portuguesa representa um dos ativos mais subestimados da economia nacional. Numa era em que o capital não conhece fronteiras e as redes de influência global determinam oportunidades de desenvolvimento, a diplomacia económica emerge como ferramenta essencial para

transformar laços culturais e históricos em investimentos tangíveis.

As comunidades portuguesas estabelecidas em centros económicos como França, Suíça, Estados Unidos, Canadá, Brasil e África do Sul, entre outras, acumularam, ao longo de ge-

rações, não apenas capital financeiro, mas também conhecimento empresarial, redes de contactos e compreensão profunda de mercados estratégicos. Este capital humano e social constitui uma vantagem competitiva que Portugal tem tardado em mobilizar de forma sistemática e coerente.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, as remessas da diáspora portuguesa ultrapassam os 3,6 mil milhões de euros anuais. Contudo, este fluxo financeiro representa apenas uma fração do potencial de investimento produtivo que poderia ser canalizado através de uma estratégia de diplomacia económica bem estruturada.

A captação eficaz de investimento da diáspora exige uma abordagem multidimensional que integre várias vertentes da diplomacia económica. Em primeiro lugar, a diplomacia comercial, através das representações consulares e da rede de embaixadas, deve atuar como facilitadora de informação sobre oportunidades de investimento em Portugal, desde startups tecnológicas a projetos de reabilitação urbana, passando por setores estratégicos como as energias renováveis e a economia digital.

Em segundo lugar, a criação de veículos de investimento específicos, como fundos de capital de risco direcionados para investidores da diáspora, pode reduzir barreiras de entrada e

proporcionar expertise local. Países como Irlanda e Israel demonstraram o sucesso deste modelo, criando esquemas que não só atraem capital, mas também conhecimento e conexões internacionais.

Por fim, a diplomacia pública assume papel crucial ao cultivar o sentimento de pertença e ao comunicar as transformações positivas em Portugal. Eventos de networking, missões empresariais inversas e programas de mentoria conectando empreendedores em Portugal com membros bem-sucedidos da diáspora fortalecem estes vínculos.

Apesar do potencial, persistem obstáculos significativos. A fragmentação institucional, com responsabilidades dispersas entre diferentes ministérios e agências, dificulta uma estratégia coesa. A burocracia excessiva e a falta de transparência em processos de investimento criam desconfiança, particularmente entre investidores de segunda e terceira gerações menos familiarizados com as realidades portuguesas. A digitalização dos serviços consulares e a criação de uma plataforma integrada de investimento representam passos fundamentais. Igualmente importante é o desenvolvimento de competências específicas em diplomacia económica no corpo diplomático, garantindo que embaixadas e consulados funcionem não apenas como representações políticas, mas como verdadeiros centros de promoção económica.





O momento é propício. A crescente atratividade de Portugal como destino de investimento, combinada com a maturidade económica de muitas comunidades da diáspora, cria uma janela de oportunidade histórica. Cabe às instituições portuguesas reconhecer que a diáspora não é

apenas um legado do passado, mas uma ponte estratégica para o futuro económico do país. A diplomacia económica, quando orientada para este objetivo, pode transformar saudade em investimento e memória em desenvolvimento sustentável.

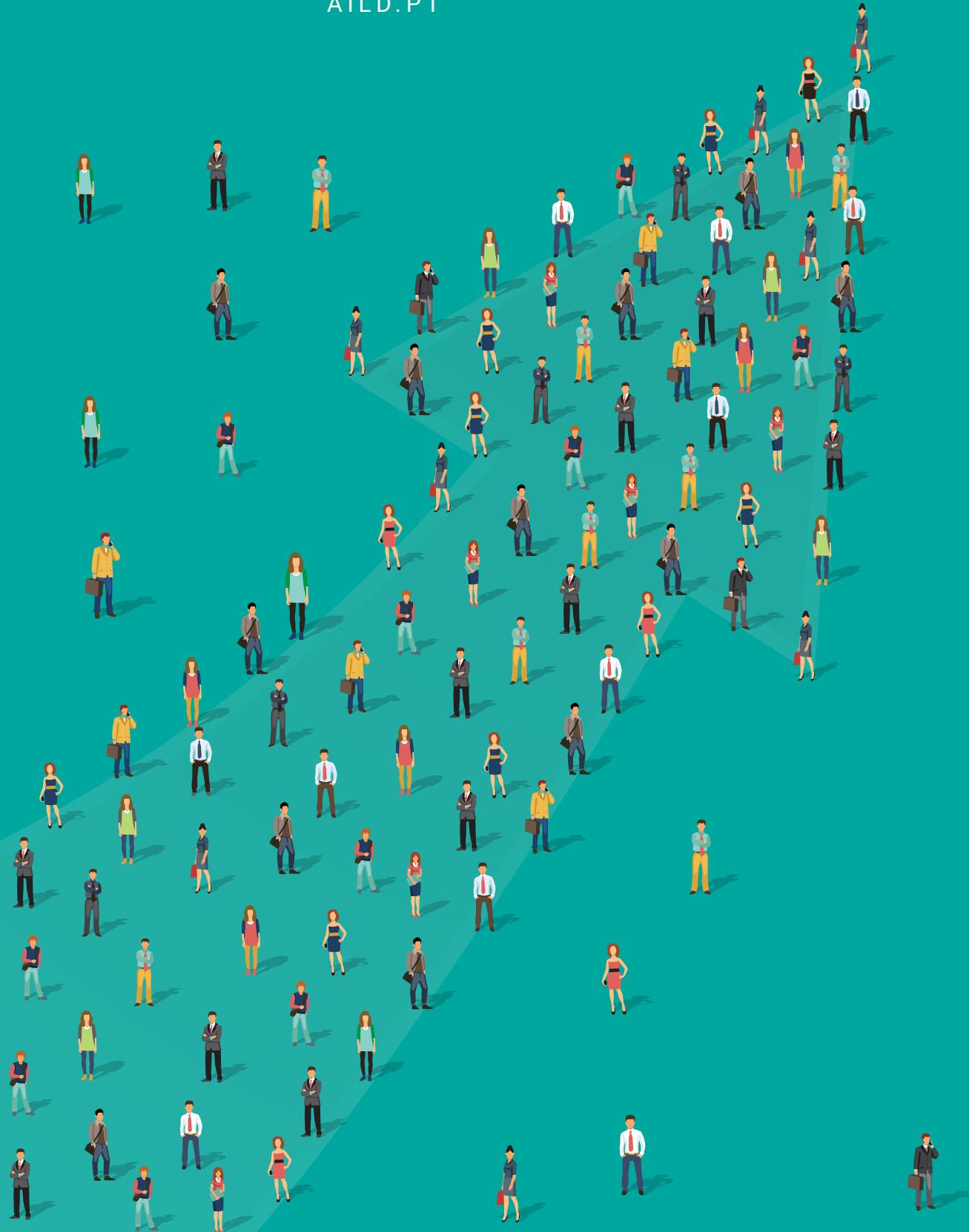


Paulo Dinis
Diretor Executivo da Fundação AEP



NÃO FIQUE FORA DA REDE

AILD.PT



GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Francisca Gomes, do Porto para os Países Baixos

Francisca Gomes, tem 30 anos. Trocou o Porto pelos Países Baixos, onde trabalha como Account Manager (Gestora de Conta) dos ACROBiosystems, um fornecedor de empresas farmacêuticas e biotecnológicas. Em junho de 2020, emigrou para os Países Baixos, concretamente para a cidade de Enschede, para fazer o doutoramento. Concluiu-o em março 2025 e em junho do mesmo ano mudou-se para Haia. Já antes fizera o estágio de mestrado no mesmo país, em Groningen. Nesta entrevista, fala da sua experiência e lança um olhar crítico sobre Portugal mas também sobre alguns aspectos da mentalidade dos holandeses.





O que a levou a tomar a decisão de emigrar?

Várias razões me levaram a sair de Portugal.

Primeiramente, em contexto laboral, nunca me senti enquadrada nem realizada em Portugal. Durante o meu estágio de conclusão de mestrado, no Porto, o ambiente no instituto era absolutamente hostil e contra-produtivo, tanto a nível profissional como pessoal. No meu contrato seguinte, como bolsa de investigação noutro instituto no Porto, encontrei um ambiente mais simpático, mas ainda assim corrompido por preguiça e projetos sem futuro.

Em contexto pessoal, devo dizer que sempre gostei mais da minha vida nos Países Baixos do que em Portugal. Depois de viver no estrangeiro pela primeira vez, apercebi-me de que havia, no meu entorno em Portugal, uma obsessão crónica por poupar dinheiro, que era compreensível mas absolutamente castrante. A organização infraestrutural do país está feita por forma a impedir hábitos simples, como deslocar-se entre cidades e vilas de transportes públicos e, mais marcadamente, vejo a população portuguesa geralmente programada para a inveja, a aversão a novas ideias, e a baixa auto-estima.

Que fatores em Portugal mais pesaram nessa decisão?

A mentalidade, os salários, e as oportunidades foram os três principais fatores da minha decisão.

Foi uma decisão rápida ou amadurecida ao longo do tempo?

Foi uma decisão amadurecida, sem dúvida, que esteve sempre presente desde a minha adolescência e que se materializou mais tarde. Tive sempre apoio da minha família. Senti vontade de partir.

Quais eram as suas principais expectativas em relação à vida no país de acolhimento?

Maior independência financeira, um maior sentimento de satisfação pessoal, e um ambiente laboral com colegas que partilhassem a mesma ética de trabalho. E mais oportunidades desafiadoras na minha área.

E como foi a sua chegada? Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Estava muito contente, ansiosa, e determinada a seguir a minha vida normalmente. No comboio a caminho da minha nova cidade, depois de sair do aeroporto, vim à conversa com um empresário holandês que tinha regressado nesse dia do Peru. Falámos da vida no Peru, das desigualdades entre classes, e do contraste com a Europa, e da beleza da cidade natal dele, Zutphen. Assim que ele saiu, comecei a programar os aspectos práticos da minha nova vida, como arranjar uma bicicleta em segunda-mão.

A maior dificuldade de adaptação foi a cultura e a solidão. Cheguei ao país em Junho de 2020, em pleno COVID-19, e não pude conhecer muitas pessoas. Estava restringida a um grupo específico de colegas de trabalho, vizinhos, e trabalhadores de serviços mínimos, e a grande maioria (homens, de várias origens e idades) interpretavam a minha simpatia, tipicamente portuguesa, como um avanço romântico ou sexual. Sofri muito, sobretudo no ambiente de trabalho, e comecei a isolar-me. Com o tempo, mudei de casa, consegui uma transferência para um grupo de trabalho onde me sentia mais confortável, comecei a fazer mais amigos, aprendi a adaptar os meus níveis de simpatia, e tornei-me mais assertiva.

Que estereótipos tinha sobre o país e descobriu que não eram verdade?

Sempre pensei que os holandeses eram antipáticos e trabalhadores. Estava enganada: os holandeses são, em geral, mais simpáticos do que os portugueses, e pouco trabalhadores, mas muito produtivos nas poucas horas em que trabalham. No entanto, é de notar que a simpatia holandesa é apenas superficial, e a população em geral é condescendente, egoísta, e gananciosa.

Como conseguiu arranjar trabalho e casa?

Consegui a minha posição de doutoramento ao candidatar-me à vaga no Linkedin. Conseguir casa ao contactar várias agências, e ao deslocar-me à Holanda durante um dia para visitar apartamentos.

Tem melhores condições de trabalho Nos Países Baixos? Sente-se mais valorizada?

Sim e não. Em Portugal, a minha ética de trabalho e eficiência eram bastante

elogiadadas, enquanto que no estrangeiro não, porque estas qualidades são a norma. Por outro lado, sinto-me mais valorizada no estrangeiro em termos de compensação salarial – o meu salário tem sido aproximadamente três vezes superior ao salário que receberia em Portugal; tenho horários mais flexíveis, e muito melhor progressão de carreira. Neste momento trabalho em gestão de clientes em vendas. É uma área distinta da minha área de formação (bioengenharia).

O que mais a surpreendeu no mercado de trabalho dos Países Baixos?

Os incentivos fiscais para atração de estrangeiros altamente qualificados. Em 2020, quando cheguei aos Países Baixos, foi-me apresentada a regra dos 30%, uma legislação que permitia a cidadãos estrangeiros não pagar impostos sobre 30% do seu salário durante 5 anos, mediante certa condições. Estas condições incluíam: certificação de que nenhum holandês, candidato à mesma vaga de trabalho tivesse as mesmas qualificações profissionais; e que o candidato estrangeiro nunca tivesse vivido nos Países Baixos e num raio de 150 km da fronteira. Conseguir qualificar-me para esta modalidade, o que me ajudou a poupar algum dinheiro.

Há algo em que considera que Portugal está mais avançado do que os Países Baixos?

No que diz respeito a questões laborais, não.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância?

É um processo tranquilo. Não retive nenhum amigo de infância nem da adolescência, e quase todos os meus amigos portugueses estão no estrangeiro. Consigo comunicar e visitar os

meus amigos à mesma frequência que provavelmente conseguiria se estivesse em Portugal. Quanto à minha família, falo com eles todos os dias, mas mesmo assim gostaria de os ver com maior frequência.

Cheguei em pleno COVID-19, o que restringiu a minha capacidade de criar novas amizades, e no pós-COVID notei que as pessoas eram muito reservadas durante as suas actividades pós-laborais. Fiz apenas alguns amigos no trabalho.

A distância afetou as suas relações pessoais ou familiares?

A distância melhorou a qualidade das minhas relações familiares e não afetou as minhas relações de amizade.

Mantém maioritariamente contacto com portugueses ou com locais?

Mantendo contacto com portugueses (aproximadamente 50%), mas também locais e internacionais (outros 50%). Atualmente, trabalho remotamente para uma empresa multinacional. Trabalho desde casa todo o dia, tenho aulas de holandês no centro de Haia às terças-feiras, e vou começar aulas de ténis em breve durante a semana. Passo os fins-de-semana com o meu namorado, as minhas amigas da cidade onde morei anteriormente (Enschede), amigos portugueses espalhados pela Europa, ou família que me visita.

Se comparar a sua vida em Portugal e nos Países Baixos, quais são as maiores diferenças?

Em Portugal, tinha uma vida confortável mas desinteressante. Tinha pouca oportunidade de ir sair com amigos e pouca variedade de actividades pós-laborais. Na Holanda, sinto-me um pouco mais desconfortável porque estou distante das minhas origens, mas te-



nho uma vida social mais ativa, sinto-me mais desafiada profissionalmente, tenho mais atividades pós-laborais, e mais oportunidades de conhecer pessoas de outros países (Itália, França, Grécia, Turquia, Argentina, Equador, México, China, Índia, Irão, e outras).

Que aspetos positivos encontra em Portugal e que acha que deviam ser mais valorizados?

Devo dizer que os portugueses se sobrepõem (e muito) aos estrangeiros em termos de boas maneiras, maturidade, humildade, e empatia. Penso que as paisagens naturais de Portugal, o clima, e a gastronomia estão severamente subvalorizados pelos próprios portugueses, e seria importante mudar essa perspectiva.

Volta regularmente a Portugal?

Volto a Portugal duas a três vezes por ano. Sinto que é uma das minhas duas casas.

Sente saudade do seu país?

Saudade é sentir a falta de alguém ou algo que nos é querido. Sinto falta do clima ameno no inverno, certos pratos

portugueses como o peixe grelhado e o bacalhau com natas, e os cafés das cidades.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar?

Sim. Sinto-me mais assertiva, confiante, inteligente, optimista, e calma face a problemas.

Acha que seria uma pessoa diferente se tivesse ficado em Portugal?

Sim, sem dúvida. Seria uma pessoa muito menos confiante, mais inflexível, e mais pessimista.

Que imagem têm os holandeses dos portugueses?

Os holandeses estereotipam os portugueses como mediterrânicos: pele escura, cabelo escuro, sestas, preguiça, e mulheres que gostam de limpar. No entanto, cada vez mais portugueses entram em relações com holandeses (uma tendência que, curiosamente, não tenho verificado noutras povos sul-europeus na Holanda), e rapidamente o estereótipo é revertido para pessoas trabalhadoras, calmas, e bondosas.

Como vê Portugal agora, estando longe?

Vejo Portugal como um país estagnado, com poucas soluções e insuficiente criatividade. O sentido de progresso é frequentemente castigado com críticas, e a simpatia das pessoas vai-se perdendo a pouco e pouco com as frustrações do dia-a-dia.

Penso que a vida em Portugal mudou para pior. O aumento dos salários não acompanhou o aumento do preço da habitação e existe cada vez mais pobreza nas ruas.

Acha que Portugal valoriza a sua diáspora?

Não tenho uma opinião clara quanto a este ponto.

Por um lado, existe um estereótipo claramente negativo em relação às gerações de emigrantes portugueses pré-anos 2000, mas um estereótipo misto em relação às gerações de emigrantes pós-anos 2000. Na generalidade, somos vistos como os jovens que tiveram de sair do país e “fazer pela vida”; por outro lado, já ouvi quem dissesse que somos os “ingratos” que não contribuem para a reforma dos próprios pais.



Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores?

Sim, sem dúvida. A última geração de portugueses emigrantes é altamente qualificada, ao contrário de gerações passadas. Muitos jovens engenheiros, veterinários, e enfermeiros portugueses vivem hoje no estrangeiro para terem melhores condições de vida e de trabalho.

Que conselhos daria a jovens portugueses que estão a pensar emigrar?

Recomendo aos jovens que o façam, mas que estabeleçam um propósito bem claro. No meu caso, o meu objetivo em ir para o estrangeiro foi obter o grau de doutorada, recebendo um salário justo, e foi isso que me manteve firme durante as grandes dificuldades. Não se sintam pressionados a emigrar se virem que a vossa personalidade não combina com isso.

Se eventualmente decidirem emigrar, e não se adaptarem, que saibam que é normal, e que é sempre possível regressar a casa.

O que importa é sermos felizes. Aproveitem as pequenas coisas da vida, como o sol de inverno, os cafés, os bolos de arroz, e o bacalhau à brás, porque no estrangeiro não há nada disso.

Considera a emigração como solução temporária ou definitiva?

Definitiva. Só regressaria a Portugal por três motivos: para cuidar de familiares, para me reformar, ou por algum outro motivo de força maior.



Lídia Marques
Diretora Cultural AIID

in PORTUGUESE
TRANSLATION

21th SESSION
MACUNAÍMA
by Mário de Andrade
Translated by Katrina Dodson

Both author and translator will join us for
our meeting at Pint Book Club.
Wednesday, 18 Mar 2026
8:30 PM (GMT)

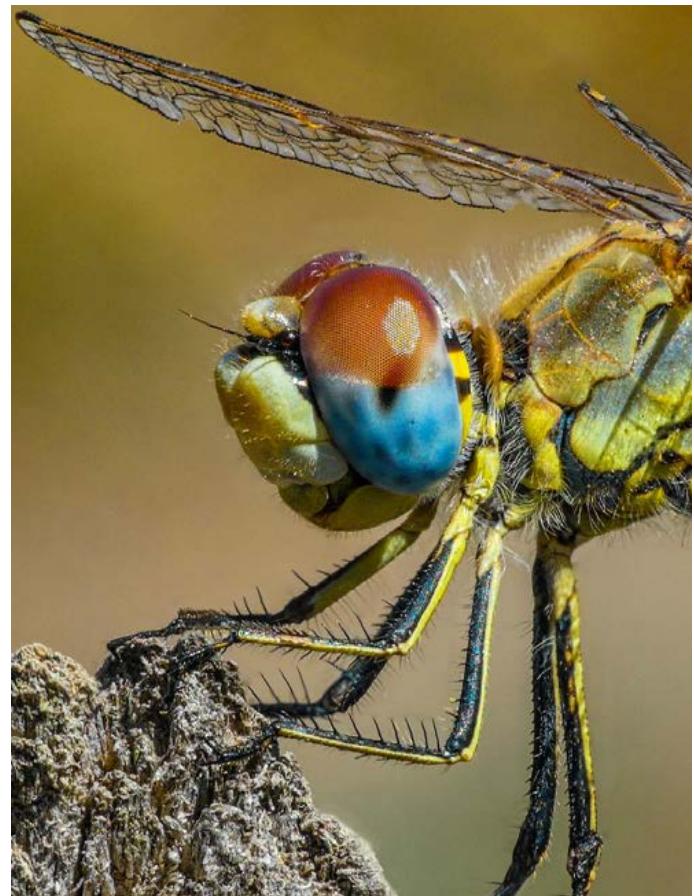
AILD / REINO UNIDO





| PELA LENTE DE
Rui Santos





Rui Santos, 34 anos, nasceu e cresceu nos arredores de Leiria. Desde cedo desenvolveu um espírito autodidata no campo das artes, encontrando na criação uma forma de expressão e um refúgio face às adversidades do quotidiano.

O seu percurso artístico começa em 2007, no mundo da música. Durante esse período, viaja por todo o país, o que desperta a sua atenção para as nuances da natureza e para a diversidade do território português.

Em 2020 dá-se o despertar para a fotografia. Sob o nome Living Impressions – Photography, dedica-se à arte visual.

O seu trabalho foi publicado em revistas como National Geographic (PT), Astronomy (USA), BBC Sky at Night (UK), Astronomia (ES), Cosmo 2050 (IT), Perspetiva (PT) e Amateur Astrophotography Ezine (USA).

Foi destacado pela NASA na rubrica Astronomy Picture of the Day, publicado pela USRA em Earth Science Picture of the Day e divulgado em plataformas como Space (GB), EarthSky (USA), Sky and Telescope (USA) e The World at Night (IR).

É mencionado em artigos de comunicação social e exibido em exposições coletivas. Participla em concursos de fotografia, vencendo vários prémios nacionais e internacionais.

Em dezembro de 2024 inaugu-





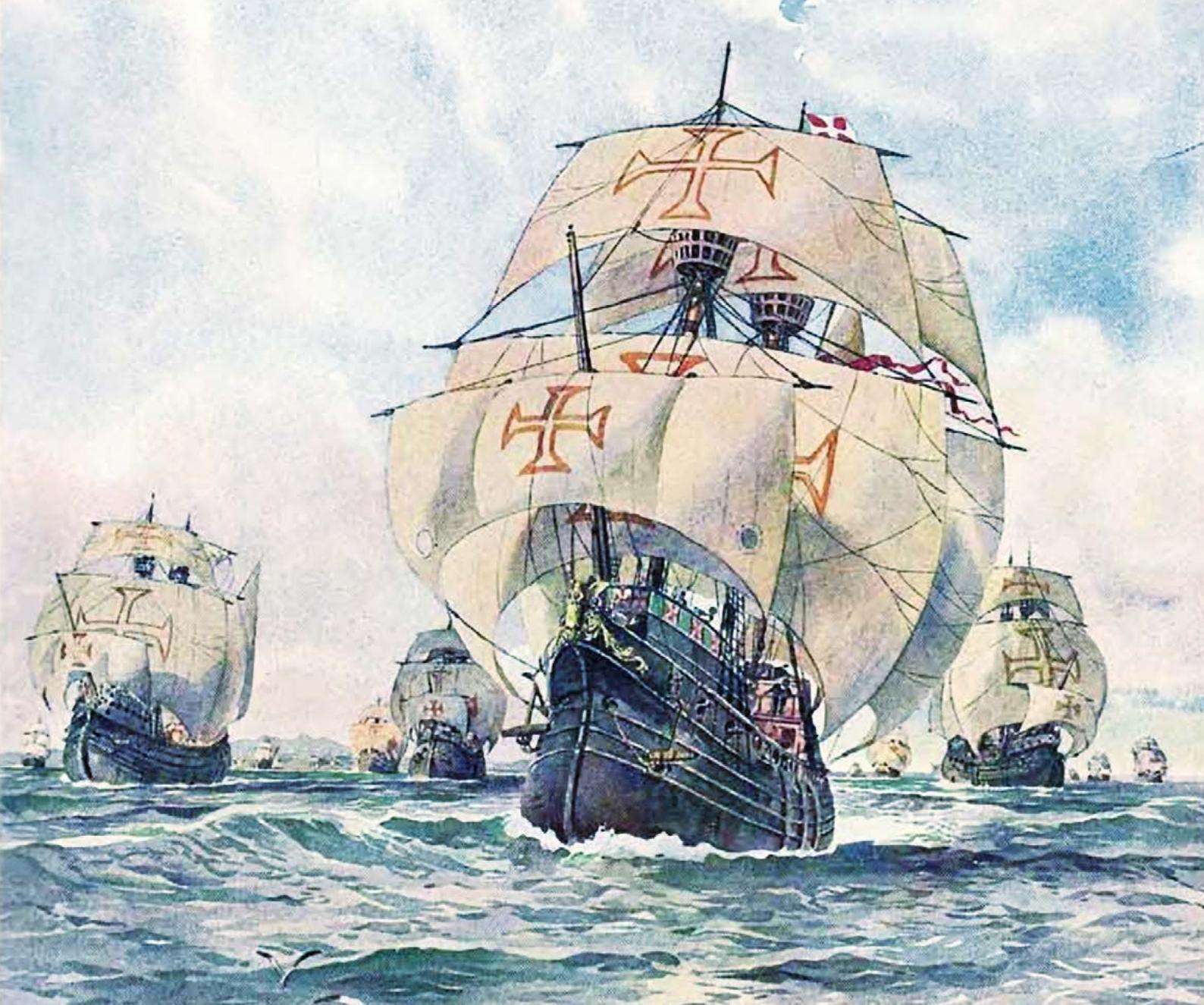
ra a exposição O Espaço Dentro de Nós, uma mostra astrofotográfica que une os mistérios do universo com os da alma humana, convidando o observador a refletir sobre a sua conexão às estrelas e com a sua incessante busca por significado.

Em 2025 é convidado para Fotografar Palavras, projeto que junta escritores e fotógrafos internacionais, numa ligação feita de cumplicidade e diversidade.

Em novembro de 2025, a exposição As Árvores da Vida teve a sua estreia pública na Biblioteca Municipal de Ferreira do Zêzere. Durante o mês de fevereiro de 2026, esta mesma exposição estará patente no espaço expositivo do Mercado de Alvalade.

É reconhecido em salões internacionais de fotografia, com aceitações e certificações atribuídas por entidades de prestígio como a PSA – Photographic Society of America, GPF – Global Photography Foundation, FIAP – Fédération Internationale de l'Art Photographique, IAAP – International Association of Art Photographers, FPO – World Federation of Photographic Organizations, entre outras.

O fotógrafo foi também coautor de duas publicações coletivas de fotografia da editora God Publishing: Our View of the World, Vol. 16 e Nature in the World, Vol. 8.



| VIAGEM LUSITANA Guardiões de Novos Mundos

Sonhos, Metas, Objetivos ... representam os Metafóricos Faróis da Vida, que desejamos que sejam Guardiões das Biográficas Estradas a dirigirem o Caminhar – sempre com a Finalidade de se chegar a “Porto Seguro”. Entre Glória e Infortúnio contra a seduzida Voz da Desistência concentra-se a Poderosa União de Fé, Esperança e Coragem.

A Saudade da Caravela

À beira Mar a passear.
Para o Horizonte olhar.
De repente –
Mas bem presente.
Uma suave voz ouvi.
Descobrir o Mistério decidi.
À minha volta olhei.
Porém – ninguém encontrei.
Não soava deste Mundo.
Para além do Pensar oriundo?
Estranho? –
Do Passado floresceu.
Um antigo barco me surpreendeu.
Com tristeza me cumprimentou.
Contar sua História desejou:

“Sou uma antiga Caravela –
Construída resistente como uma Cidade.
Jamais esquecer –
Navegar no Mar é crer.
Encanta com sua Beleza.
Destroi com Rebelde Natureza
Seduz e é perigoso.
Meu Coração audacioso.
Perigos enfrentei.
Mas sempre –
A porto seguro cheguei.
O Mundo percorri.
Também Piratas conheci.
O Destino protegeu.
A Vida não se perdeu.
Era uma curiosa Caravela.
Sempre de Sentinelas.
Preciosas Mercadorias.
Ouro, Prata e Espéciarias.
Escravos contra minha Consciência.
À Humanidade –
Pertencia minha Reverência.
Também aos Navegadores,
Descobridores e Conquistadores.
Gama, Colombo e Magalhães.
Como admiro os corajosos Capitães.
Acontece –
Bandeira a voar.

Bússola a orientar.
Âncora preparada.
Alma ao Leme segurada.
De Dia o Sol a brilhar.
De Noite a Luz das Estrelas a guiar.
Perigo de Nuvens e Nevoeiro.
Jamais perdi o Roteiro.
Velas a voar.
Espírito da Liberdade a navegar.
Novos Mundos encontrar.
Caravela – Capitão do Mar.
Porém –
Meu Sonho não realizei.
Com a Saudade fiquei.
Porquê? –
Um dia aconteceu.
Uma Tempestade surpreendeu.
O Mar imperdoável.
A Noite insondável.
No meio do Desespero uma Luz.
Não era nossa Cruz.
Nossa Prece o Farol.
Segurou como um Anzol.
Vidas salvou.
Eu – a Caravela – destruída ficou.
Meu Companheiro Solitário.
Ao longo dos Séculos Solidário.
Outrora –
Sua Luz protegeu meu Coração.
Ao longo do Silêncio –
Salvou-me da Solidão:
Enigmáticos Faróis a recordar –
Guardiões da Vida para salvar.”

O Farol contemplei:
Com sua Melodia me encantei:

“Faróis de Portugal –
Contam sua História Naval.
Símbolos de Esperança.
Oferecem Confiança.
No meio da Escuridão.
Terra! – Divina Bênção.
A porto seguro chegar.
Vidas e Barcos conseguem salvar.

Ilhas ou Continental –
Brilham como a Estrela de Natal.
De Outrora ao Presente –
Ao Tempo resistente.
Novas Tecnologias receberam.
Como Fénix renasceram.
Novas Histórias contam.
Seus Segredos guardam.
Quem um Farol visitar –
Para Terra e Mar olhar:
No Silêncio ouve Prece da Vida rezar:
“Boa Viagem e bom Regresso!”
a desejar.
Para ninguém no Mar ficar.
É a Sina de cada Farol a brilhar.”

A Noite lentamente chegou.
O Farol a Caravela iluminou.
Um Dueto da História.
Contavam de Lágrimas e Glória.
Prometi no outro dia voltar –
Porque “Viver é recordar”.
Com Amizade se despediram.
“Sonhos viver”, desejaram.

No dia a seguir regressei.
A Caravela? – Não encontrei.
Olhei para o Farol.
Silêncio no Âmbar do Sol.

Uma Gaivota se aproximou.
À minha Curiosidade apelou.
Para o Horizonte voou.
Sino de Navio entoou.
Sonho ou Realidade.
Desejei Felicidade.

Como outrora orgulhosa.
Navegava formosa:
“Teu Sonho vai conquistar.
Nos Mares do Mundo Navegar.
A Luz do Farol tua Guardiã.
A Saudade teu Talismã.
Como um Quadro na Tela.
Boa Viagem, minha Caravela.”



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



| FALAR PORTUGUÊS

Qual é a origem das línguas ibéricas? Parte II

O que aconteceu depois da chegada do latim?

O latim apagou as línguas anteriores, tanto as pré-indo-europeias, como as indo-europeias — excepto o basco, que sobreviveu a isto tudo.^[3] Diga-se que as línguas anteriores influenciaram a maneira como a população aprendeu latim — e terão tido influência no particular percurso do latim até às várias línguas ibéricas. Essa influência é particularmente importante quando uma população adulta aprende outra língua. Um adulto já não consegue aprender uma língua como se fosse um falante nativo: a máquina de reconstruir a

gramática começa a desligar-se na adolescência. Ora, se uma população adulta aprende uma língua, aprende-a de forma simplificada e com características fonéticas da sua língua materna. Ora, se muitos habitantes da nossa península aprenderam latim já na idade adulta, aprenderam-no como estrangeiros — e é desse latim mal aprendido que nasceram as nossas línguas...

Ora porque tinha sido trazido por soldados, ora porque tinha sido trazido por germanos que o tinham aprendido como adultos, ora porque foi aprendido na idade adulta pelas populações da península,

o certo é que, pelas ruas da Península, o latim da população era diferente do latim de Roma — e do latim da escrita. Claro que a norma terá tido o seu efeito: muitos aprenderam o latim clássico e talvez alguns falassem quase como em Roma. Mas é dessas correntes de profundas mudanças que nasceram as nossas línguas de hoje em dia.

Nesta história abreviada, chegamos ao século VIII. Chegam os muçulmanos. A península divide-se em duas zonas. A sul, os muçulmanos governam e a população continua a falar o tal latim da rua, mas agora com muita influência da nova língua de prestígio: o árabe.

A norte, cria-se uma série de reinos, principados e condados cujo principal propósito era reconquistar território aos muçulmanos, para sul. A língua era ainda o latim, mas o latim que se afastava cada vez mais do latim clássico.

Nestas guerras entre norte e sul e nesta expansão vemos a história das línguas e dos povos actuais — entre elas a história da origem da língua portuguesa.

Qual era a situação por volta do ano 1000?

É um bom ano para pararmos um pouco nesta nossa viagem: redondo e fácil de encontrar nas cronologias.

No sul da Península, temos um grande território sob domínio muçulmano. Lá em cima, uma faixa cristã. Tirando a elite de língua árabe no Sul, quase toda a população da península fala qualquer coisa que descende do latim. Os cristãos sob domínio muçulmano falam um latim tardio a que hoje chamamos moçárabe. É um ro-

mance com muitas palavras árabes (compreensivelmente). Há-de ter alguma importância na história que estou a contar.

Ali num canto, onde os Pirenéus encontram o Atlântico, um velho povo resiste com a sua língua pré-latina. Aliás, pré-indo-europeia. Falo dos bascos. Nesse canto, o latim não entrou. Ou melhor, entrou, mas não fez desaparecer a língua que lá havia antes.

Deixemos, para já, o basco no seu recanto (havemos de lá voltar). Toda a faixa norte está ocupada pelos reinos, condados e demais entidades mais ou menos duradouras que se ocupam a ir conquistando a península de cima para baixo.

As fronteiras entre os reinos são muito, mas mesmo muito maleáveis. Surgem e desaparecem reinos entre a manhã e a tarde do mesmo dia. Talvez exagere: mas entre o nascimento e a morte de um rei, entram e saem territórios com grande à-vontade. Imagino que muitas pessoas tenham vivido a sua vida sem saber muito bem a que reino pertenciam.

Conhecemos alguns nomes: Astúrias, onde se deu a famosa — e provavelmente mítica — batalha de Covadonga. Aragão. Leão. Castela. Catalunha. Galiza. Portugal...

A lista acima está desordenada — não importa. O que importa, agora, é pensar na questão das línguas.

Pois, as línguas ibéricas, muito por culpa do processo de conquista, foram criadas nessa faixa norte e, depois, expandiram-se para sul, comendo o território ao moçárabe (que, no entanto, não desapareceu por completo — influenciou essas mesmas línguas no processo de expansão para sul).



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

O rei vai nu

No passado dia 21 de janeiro de 2025, o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, proferiu um discurso que, muito provavelmente, resistirá ao teste do tempo. Num mundo em rutura, marcado pelo fim da ordem internacional baseada em regras e pelo regresso cruzadas relações de força, Carney teve a coragem de chamar as coisas pelo nome e de expor uma verdade desconfortável: muitas das nossas certezas coletivas assentam hoje numa ficção.

Não posso deixar de o citar:

“Em 1978, o dissidente checo Václav Havel escreveu um ensaio chamado “O Poder dos Impotentes”. Nele, faz uma pergunta simples: como é que o sistema comunista se sustentava?

A resposta começa com um vendedor de hortaliças. Todas as manhãs, este merceiro coloca um cartaz na sua montra: “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” Ele não acredita naquilo. Ninguém acredita. Mas coloca o cartaz na mesma, para evitar problemas, para sinalizar conformidade, para se acomodar. E, porque todos os lojistas em todas as ruas fazem o mesmo, o sistema persiste. Não apenas através da violência, mas através da participação de pessoas comuns em rituais que sabem, no seu íntimo, serem falsos.

Havel chamou a isto “viver dentro da mentira”. O poder do sistema não vem

da sua verdade, mas da disposição de todos a representá-lo como se fosse verdade. E a sua fragilidade vem da mesma fonte: quando uma pessoa, uma pessoa que seja, deixa de representar, quando o vendedor de hortaliças retira o seu cartaz, a ilusão começa a quebrarse.”

Esta metáfora aplica-se hoje, de forma inquietantemente clara, à dívida pública americana e ao papel do dólar. Todos sabem que a dívida é insustentável, mas poucos o dizem abertamente. Bancos centrais, governos e instituições continuam a tratar estes ativos como portos seguros, apesar de serem usados para financiar políticas coercivas, financiar possíveis invasões da Gronelândia ou dos Açores, guerras económicas e a subordinação de aliados ou pactos com inimigos declarados da Europa.

Ao mantermos as nossas poupanças e futuro ancoradas na dívida americana e no dólar, estamos também a manter o cartaz na montra. Alimentamos a ilusão de estabilidade enquanto aceitamos riscos políticos, jurídicos e financeiros cada vez mais evidentes.

Há quem argumente que não existe alternativa credível, que o sistema financeiro internacional não pode funcionar sem a dívida americana e sem o dólar como moeda de reserva. Mas esse argumento confunde conveniência com

inevitabilidade. Ao longo da história, todas as moedas hegemónicas pareceram eternas até deixarem de o ser. O risco maior não está em reconhecer esta realidade, mas em fingir que ela não existe e continuar a comportar-nos como se nada pudesse mudar.

Viver na verdade, hoje, implica aceitar que segurança financeira não se constrói sobre promessas políticas instáveis nem sobre regras que já não são aplicadas de forma consistente. Implica compreender que a confiança é um ativo frágil e que, quando se perde, desaparece rapidamente. Retirar o cartaz da montra é, afinal, um ato de responsabilidade individual e coletiva: proteger as nossas poupanças, preservar a nossa autonomia e recusar sustentar uma ilusão que beneficia poucos à custa de muitos.

Tal como o merceiro de Havel, também nós temos uma escolha. Continuar a “viver dentro da mentira” ou assumir que estes ativos são hoje investimentos altamente especulativos. A prudência exige coerência: diversificar, reforçar a confiança nas nossas moedas e nas dos nossos aliados, e recusar ser cúmplices de uma ficção que pode ruir a qualquer momento.

Retirar o cartaz não é um gesto ideológico. É um ato de lucidez. E dizer claramente que o rei vai nu.



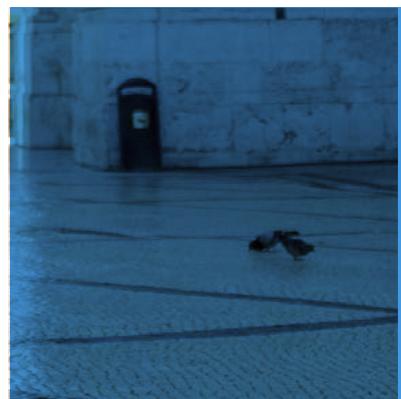
Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

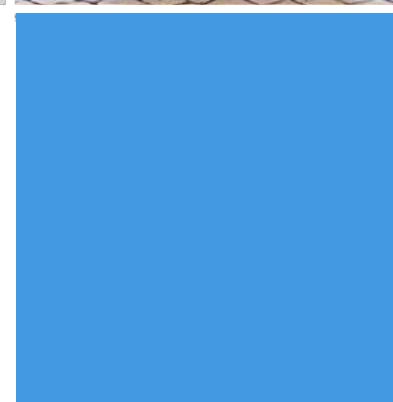


Portugal is a perfect destination



You can live better with less money, enjoy a superior quality of life and experience a vibrant and diverse culture.

Get your
number
one agency



Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt